



ACADEMIA MILITAR

O papel da GNR na Aplicação de Medidas de Prevenção Criminal

Aspirante Aluno de GNR Cavalaria Jorge Daniel Gomes Massano

**Orientador: Tenente-Coronel de GNR Infantaria Paulo Jorge Alves
Silvério**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2013**



ACADEMIA MILITAR

O papel da GNR na Aplicação de Medidas de Prevenção Criminal

Aspirante Aluno de GNR Cavalaria Jorge Daniel Gomes Massano

**Orientador: Tenente-Coronel de GNR Infantaria Paulo Jorge Alves
Silvério**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2013**

Dedicatória

*Aos meus pais e
irmãs.*

Agradecimentos

A elaboração do presente Trabalho de Investigação Aplicada, não se torna um documento que se possa desenvolver de forma isolada, sendo requerido a colaboração de entidades que tenham em si um maior conhecimento e experiência no âmbito da área em que esta investigação se desenvolve.

É da dedicação, disponibilidade, compreensão e do sentido crítico dessas entidades que surge este trabalho.

Reconhecendo que um singelo agradecimento é pouco pelo tempo que disponibilizaram, mas tornando-o sincero, reservo esta página para o dirigir a todos vós.

O primeiro agradecimento será para o Tenente-Coronel Paulo Jorge Alves Silvério da arma de Infantaria da Guarda Nacional Republicana, que mesmo a frequentar o XIV Curso de Estado Maior Conjunto das Forças Armadas e da Guardia Civil em Espanha, se demonstrou disponível na qualidade de Orientador para abraçar este projeto desde o seu início, ajudando a ultrapassar todos os obstáculos a ele inerentes. Ao meu Tenente-Coronel, um muito obrigado pela sua dedicação, sensibilização e conhecimento, não esquecendo a sua inconfundível postura e o seu incentivo para que me tornasse exigente comigo mesmo.

O segundo agradecimento é dirigido ao Major Henriques, que como Comandante de Destacamento de Albufeira, e ainda na minha fase de estágio de prática de comando neste destacamento, atendeu a todos os meus pedidos de acompanhamento das equipas Residência Segura, permitindo que pudesse recolher uma vasta informação pertinente.

O terceiro agradecimento destina-se a todos os oficiais entrevistados pela forma como me acolheram prontamente, disponibilizando informações de importante contributo para este trabalho.

Agradeço à Guarda Nacional Republicana, como instituição, pela possibilidade de me permitir elaborar este trabalho.

Não menos importante, agradeço também a todos os elementos do XVIII Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana pelo incondicional companheirismo. A todos vocês o meu humilde e sincero obrigado.

Resumo

Subordinado ao tema “O papel da GNR na aplicação de medidas de prevenção criminal”, o presente trabalho tem o enfoque no contributo, que a GNR teve, na prevenção de furtos e roubos em residência na zona do Algarve, em 2009. Este tipo de criminalidade é uma realidade portuguesa que afeta o sentimento da segurança dos cidadãos.

Como resposta do Estado surgem as políticas públicas de segurança, onde se materializa o conceito de segurança, e, conseqüentemente se acoplam estratégias de prevenção criminal adotadas pelas instituições que garantem a segurança interna.

No seio daquelas estratégias está o policiamento de proximidade, como opção adotada pela GNR, para incrementar o sentimento de segurança, favorecer a prevenção, aproximar a população visada da GNR e credibilizar a Instituição.

Desta forma, e cientes do sentimento de insegurança causado pelos vários furtos e roubos a residências perpetrados na zona indicada, tornou-se pertinente ser alvo desta Investigação o programa de policiamento de proximidade -“Residência Segura”, desenvolvido pela GNR.

A metodologia de investigação adotada teve por base o recurso ao método dedutivo através da análise documental e a realização de entrevistas a Oficiais envolvidos.

O programa “Residência Segurança” começou por ser aplicado no DTer Loulé e a estratégia policial seguida teve o enfoque no pilar da comunidade. A Guarda criou equipas específicas que se aproximaram das populações visadas, recolheram e trataram informação, efetuaram patrulhamentos direcionados e colaboraram na implementação de medidas desenvolvidas por civis e por autoridades administrativas locais. Em 2010, nesta zona de ação foi realizado um inquérito de satisfação com resultados excelentes.

De forma natural o programa foi alargado para toda a zona de ação do CT Faro, considerado pelo Comando Operacional da GNR como uma boa prática e apresentado posteriormente como candidatura portuguesa ao “Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade”.

PALAVRAS-CHAVE: “Segurança, Políticas Públicas de Segurança, Estratégias de Prevenção Criminal, Policiamento de Proximidade, Programa “Residência Segura”.

Abstract

Related to theme "The role of the GNR in measures of crime prevention", this work focused on the GNR contribution to prevent burglaries that were committed in 2009, in Algarve. This type of crime is a reality in Portuguese society and it affects the citizens feelings of security.

In order to ensure security, public security politics were created, which includes the concept of security coupled crime with prevention strategies adopted by the internal security institutions.

Within those strategies, the community policing program is an option adopted by the GNR, in order to increase the feeling of security among the population, to encourage crime prevention and to make a closer contact between the GNR and the people.

Thus, being aware of the insecure feeling caused by various burglaries committed in the studied area, the policing program - "Home Safe", developed by the GNR became the target of this research.

The adopted research methodology that was used consisted of the deductive method, through the analysis of documents and through some interviews with officers.

"Home Security" began in DTer Loulé and its strategy focused on the community. The GNR has created specific teams in order to approach the population; to gather information, to determine targeted patrols and to assist in the local administrative authorities with measures of implementation. In 2010, a satisfaction survey was conducted in this area, with excellent results.

Naturally, the program was extended to the entire zone of CT Faro, being considered as a good measure by the Operational Command of the GNR. Later, it was presented as a Portuguese application to the "European Prize for Crime Prevention."

KEYWORDS: "Security, Public Security Policies, Strategies for Crime Prevention, Proximity Policing Program," Home Safe "

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral	vi
Índice de figuras	viii
Índice de quadros/tabelas	ix
Lista de Apêndices e de Anexos	x
Lista de abreviaturas e siglas	xi
Capítulo 1 – Introdução	1
1.1 Enquadramento da Investigação	1
1.2 Importância da Investigação e justificação da sua escolha.....	1
1.3 Definição dos objetivos	2
1.4 Questão de partida e questões derivadas	3
1.5 Hipóteses	4
1.6 Metodologia.....	4
1.7 Enunciado da estrutura do trabalho	5
Capítulo 2 - Segurança	6
2.1. A segurança e o Estado.....	6
2.2. Políticas Públicas de Segurança	7
2.3. Políticas Públicas de Segurança e a Intervenção Policial.....	8
2.4. Síntese Conclusiva.....	10
Capítulo 3 – Estratégias de Intervenção Policial	11
3.1. Estratégias Policiais	11
3.2. Policiamento de proximidade e policiamento comunitário	12
3.2.1 A proximidade	13
3.2.2. Policiamento Comunitário	13
3.2.3. Policiamento de Proximidade	15
3.2.4. Análise comparativa entre os dois modelos	18

3.3. Síntese Conclusiva.....	19
Capítulo 4 – A GNR e a prevenção	20
4.1. Prevenção	20
4.2. O papel da GNR na Prevenção Criminal.....	21
4.3. Síntese Conclusiva.....	25
Capítulo 6 – Metodologia e Procedimentos.....	27
5.1 Método de investigação	27
5.2 Caracterização da área de estudo.....	27
5.3 Procedimentos e técnicas.....	31
5.4 Caracterização da amostra.....	31
5.5 Meios Utilizados.....	32
Capítulo 6 – Apresentação análise e discussão dos resultados	33
Capítulo 7 – Conclusões	46
7.1 Generalidades	46
7.2 Respostas às questões derivadas e verificação das hipóteses.....	46
7.3 Recomendações.....	53
Bibliografia.....	55
Apêndices.....	1
Apêndice A – Esquema metodológico da investigação.....	2
Apêndice B – Capa do guião de entrevistas	3
Apêndice C – Carta de apresentação	4
Apêndice D – Guião de entrevistas	5
Apêndice E – Resposta dos entrevistados ao guião de entrevistas.....	6
Anexos.....	23
Anexo A – Pirâmide de Abraham Maslow, Hierarquia das Necessidades.....	24
Anexo B – Pirâmide de Beaufre	25
Anexo C – Estratégias policiais de redução criminal	26
Anexo D – Programa Residência Segura	27
Anexo E – Informações disponíveis no site da Safe Communities Algarve.....	28
Anexo F – Recorte de Imprensa	30
Anexo G - Panfleto do Programa Residência Segura.....	32
Anexo H – Ficha de Inscrição	33

Índice de figuras

Figura n.º1: Zonas de Ação dos Destacamentos da GNR do Comando Territorial de Faro	28
Figura n.º2: Crimes contra o património praticados por distrito em 2009	29
Figura n.º3: Crimes contra o património praticados por distrito em 2012	30

Índice de quadros

Quadro n.º 1: Entidades entrevistadas	32
Quadro n.º 2: Respostas dos entrevistados à questão n.º1	34
Quadro n.º 3: Resposta dos entrevistados à questão n.º2	35
Quadro n.º 4: Resposta dos entrevistados à questão n.º3	36
Quadro n.º 5: Resposta dos entrevistados à questão n.º4	38
Quadro n.º 6: Resposta dos entrevistados à questão n.º5	39
Quadro n.º 7: Resposta dos entrevistados à questão n.º6	41
Quadro n.º 8: Resposta dos entrevistados à questão n.º 7	42
Quadro n.º 9: Resposta dos entrevistados à questão n.º 8	43
Quadro n.º 10: Resposta dos entrevistados à questão n.º 9	44

Lista de Apêndices e de Anexos

Apêndices

Apêndice A – Esquema metodológico da investigação

Apêndice B – Capa do guião de entrevistas

Apêndice C – Carta de apresentação

Apêndice D – Guião de entrevistas

Apêndice E – Resposta dos entrevistados ao guião de entrevistas

Anexos

Anexo A – Pirâmide de Abraham Maslow, Hierarquia das Necessidades

Anexo B – Pirâmide de Beaufre

Anexo C – Estratégias policiais de redução criminal

Anexo D – Programa Residência Segura

Anexo E – Informações disponíveis no site da Safe Communities Algarve

Anexo F – Recorte de Imprensa

Anexo G - Panfleto do Programa Residência Segura

Anexo H – Ficha de Inscrição

Lista de abreviaturas e siglas

AM - Academia Militar

Art.º -Artigo

CARI – Comando da Administração do Recursos Internos

CDF – Comando de Doutrina e Formação

CO – Comando Operacional

CRP – Constituição da República Portuguesa

CTer – Comando Territorial

DEO – Divisão de Emprego Operacional

DL - Decreto-lei

DO – Direção de Operações

DR – Decreto Regulamentar

DTer – Destacamento Territorial

FFSS – Forças e Serviços de Segurança

GNR – Guarda Nacional Republicana

H – Hipóteses

LOGNR – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

MAI – Ministério da Administração Interna

n.º - Número

NEP – Norma de Execução Permanente

NUT – Nomenclatura de Unidades Territoriais

QD – Questão Derivada

QP - Questão de Partida

PSP – Polícia de Segurança Pública

PTer – Posto Territorial

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RPE – Repartição de Programas Especiais

SOITRP – Secção de Operações e Informações, Treino e Relações Públicas

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

ZA – Zona de Ação

Capítulo 1

Introdução

1.1 Enquadramento da Investigação

A Academia Militar (AM) é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar que desenvolve atividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade.

Sendo a Academia um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, insere-se no processo de Bolonha através do Decreto-lei (DL) número (n.º) 37/2008, de 5 de março, que adota a aplicação dos princípios constantes do DL n.º 74/2006, de 24 de março.

É na área da investigação, mediante a nova estrutura curricular do curso de Oficiais dos quadros permanentes da Guarda Nacional Republicana (GNR) que confere o grau académico de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança, que se desenvolve o presente Relatório Final Científico do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

Este trabalho surge como o culminar da formação que decorreu ao longo de cinco anos, visando a aplicação das competências e dos conhecimentos adquiridos.

Desta forma, o presente TIA encontra-se subordinado ao tema “O papel da GNR na aplicação de medidas de prevenção criminal”

1.2 Importância da Investigação e justificação da sua escolha

A prevenção, em termos doutrinários, pode ser definida, por oposição à repressão. Singelamente definimo-la como o conjunto de medidas, que têm por finalidade minimizar as infrações de qualquer natureza (criminal ou contraordenacional). Para Ramond Gassin (1972) a prevenção é um “instrumento” ao serviço do Estado, para melhor dominar ou controlar a criminalidade. Só é conseguida quando eliminados os fatores criminógenos e se houver gestão dos fatores ligados aos meios físicos e social que favorecem as práticas

delituosas. Na aldeia global¹, a prevenção exige políticas interdisciplinares e multifacetadas.

Marcelo Caetano (1994) alegou que uma das atribuições da Polícia consistia em “intervir nos exercícios individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais” e a finalidade era “evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”.

Ao nível da Guarda vários programas têm sido desenvolvidos no âmbito da prevenção. Estes são, sobretudo, ações dirigidas a certos grupos sociais que em regra, pelas suas vulnerabilidades exigem uma atenção especial da Instituição, em representação do Estado. As avaliações efetuadas a programas de prevenção do crime são difíceis de realizar, mesmo em países com experiência em processos avaliativos, como os países nórdicos e Canadá.

É neste contexto que tentaremos elencar alguns programas especiais de prevenção criminal e perceber da sua utilidade em prol de uma das funções do Estado – a segurança.

Tendo por base o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) do Estado português, os órgãos de polícia criminal passaram a registar novas tipologias criminais, tal como os roubos a residências. Da análise do documento apercebemo-nos que este tipo de crime passou a pertencer ao catálogo de crimes que integram o conceito de criminalidade violenta e grave².

Mediante a apresentação dos resultados do RASI, é nossa intenção, analisar quais as medidas aplicadas pela Guarda Nacional Republicana, na prevenção deste tipo de criminalidade, numa determinada zona. Para tal, vamos balizar a nossa investigação, tendo por referência o estudo do programa “Residência Segura”, para perceber do seu contributo na prevenção criminal.

1.3 Definição dos objetivos

O enfoque do presente trabalho será o furto e roubo em residência, em particular o papel da GNR na aplicação de medidas de prevenção criminal. Desta forma pretendemos explicar o papel da GNR na prevenção deste tipo de crime através do policiamento de

¹ Termo utilizado por Marshall McLuhan para se referir ao Mundo, em termos globais.

² Consultar a definição da criminalidade violenta que consta na al.) j do art.º 1 do Código Processual Penal. Em complemento verificar o objeto da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho, que define os objetivos, prioridades e orientações da política criminal, especificamente ter em consideração a alínea a) do art.º2.

proximidade e segurança comunitária, centrando-se assim o estudo no programa “Residência Segura”, que está a decorrer no Algarve desde 2010. Tencionamos detalhar a forma como a GNR executa o Programa.

A análise do programa “Residência Segura” engloba consequentemente a análise de como a Instituição se encontra estruturada para a sua execução e o papel que desempenha na prevenção do crime em análise. Os itens elencados são os objetivos gerais, para se poder ter uma perceção das formas mais viáveis de atenuar este tipo de ilícitos. Como objetivos específicos analisaremos as ocorrências de furto na zona de ação do Algarve, em que a GNR é a entidade primariamente responsável pela segurança pública e outros fatores, como sejam os agrupamentos de aldeamentos e sistemas de vídeovigilância, que de forma direta ou indireta influenciam as ocorrências criminais.

Finalmente, tencionamos apresentar, caso necessário, algumas medidas de política criminal, para debelar o fenómeno.

1.4 Questão de partida e questões derivadas

Definidos os objetivos, foi seguidamente definida a Questão de Partida (QP), por forma a orientar toda a investigação deste Trabalho.

Esta é identificada como: “De que forma contribuiu a GNR no ano de 2009, no âmbito da prevenção da criminalidade, para dar uma resposta aos vários roubos a residências perpetrados na zona do Algarve?”.

Para dar uma melhor resposta a esta questão, houve a necessidade de subdividir esta, num conjunto das seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1 – A que pilar da estratégia de intervenção policial a GNR deu primazia para dar uma capacidade de resposta a este problema?

QD2 – Quais as vantagens e desvantagens do Programa “Residência Segura”?

QD3 – Qual é a importância e pertinência deste Programa?

QD4 – Que meios de apoio à decisão são tidos em consideração no referido Programa?

1.5 Hipóteses

São agora elaboradas as “proposições conjecturais que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2008, p.8), que se traduzem nas seguintes Hipóteses (H):

H1 – No âmbito do enfoque estratégico na comunidade, a GNR deu primazia à adoção de modelos de policiamento de proximidade ou comunitário.

H2 – O Programa dissuade a consecução dos crimes de furto e roubo em residência.

H3 – O Programa ajusta-se à realidade criminológica do Algarve.

H4 – As residências, afetas a este Programa, estão georreferenciadas e catalogadas por zonas, que são tidas em consideração no empenhamento operacional dos meios.

1.6 Metodologia

O presente trabalho é orientado em termos de formato e de certa forma, de percurso metodológico pelos conteúdos da Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520/DE/30JUN11/AM. O documento, estabelece, normas e procedimentos relativos aos TIA realizados no âmbito dos cursos ministrados na AM.

Nas situações em que não é possível a aplicação das normas da NEP supracitada, a redação deste trabalho, rege-se também pelo Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada de Manuela Sarmiento (2008).

A redação tem em consideração as alterações que decorrem do novo acordo ortográfico. Todavia, foram utilizadas obras redigidas antes da entrada em vigor do acordo, assim, quando estas são referenciadas por citação direta, é mantido o corpo integral do texto, sem a respetiva adaptação.

Por forma a alcançar os objetivos da investigação, numa primeira fase, procedeu-se à pesquisa do *Estado da Arte*, onde foi feita a análise documental em obras relacionadas com a temática do trabalho. Esta análise, recorre essencialmente ao método dedutivo da metodologia de investigação.

Numa segunda fase, tendo por referência os conteúdos da componente teórica procedeu-se a elaboração do trabalho de campo, através do método inquisitivo com elaboração de entrevistas semiestruturadas de perguntas abertas. Os critérios de seleção dos

entrevistados tiveram por referência a respetiva experiência de trabalho na área do objeto de estudo.

Após a recolha de informação ser complementada pelas entrevistas, procedeu-se a respetiva análise dos dados recolhidos.

Por forma a um melhor esclarecimento da forma como foi planeada a metodologia que permitiu a consolidação desta tarefa, incluímos em apêndice³ um esquema do modelo metodológico utilizado na investigação.

1.7 Enunciado da estrutura do trabalho

Este Trabalho de Investigação Aplicada é estruturado inicialmente por uma parte introdutória, que compõe o capítulo I, onde é definido o objeto de estudo e os objetivos que nos propomos alcançar, sendo que para tal, são também discriminadas as linhas orientadoras utilizadas na investigação.

Seguidamente, e tendo em conta a metodologia utilizada, desenvolve-se a revisão da literatura.

Esta resulta da análise documental inerente ao tema do trabalho e materializa-se em três capítulos, onde se procura aprofundar o conhecimento sobre o assunto em análise na perspetiva de vários autores.

Numa outra fase distinta, mas complementada com a revisão da literatura, desenvolve-se a redação do trabalho numa componente mais prática, constituída por dois capítulos. Corresponde ao trabalho de campo, os capítulos 5 e 6, onde são tidas em consideração, a metodologia e procedimentos adotados para a sua realização. Desta forma, no quinto capítulo do trabalho é elencado as técnicas, procedimentos e meios utilizados na recolha, análise e processamento de dados. Para que assim, num sexto capítulo, seja apresentada a análise e a discussão dos resultados obtidos.

Por fim, materializado no sétimo capítulo deste trabalho, encontra-se ostentada a confirmação ou a infirmação das hipóteses, que nos levam a tecer as conclusões e recomendações que resultam da investigação efetuada.

³ Consultar Resumo da Investigação em Apêndice A

Capítulo 2

Segurança

2.1. A segurança e o Estado

“O atual quadro político e social que se vive neste momento nas sociedades contemporâneas exige que os atores políticos sejam capazes de dar respostas aos novos desafios que se colocam à sociedade e de aumentar o sentimento de segurança” (Inácio 2010, p.66).

Tendo em conta Ramírez (2005), desde os primórdios da existência da sociedade que se adotam determinadas normas comportamentais que têm por finalidade garantir a sobrevivência. Assim para que se possa entender o funcionamento das sociedades, há que ter em conta as necessidades das mesmas.

Tendo por referência a hierarquia das necessidades humanas, espelhadas na pirâmide de Abraham Maslow⁴, verificamos que imediatamente a seguir às carências fisiológicas surgem as necessidades da segurança. Para Alves (2010), estas são satisfeitas depois de afastados os perigos que podem colocar em risco⁵ a integridade individual. Naturalmente, para que tal intento se alcance são necessárias medidas que possam suprimir os referidos riscos (Alves, 2010).

É neste contexto que, o surgimento das estruturas políticas, resultante da associação do Homem em comunidades, tem em vista, entre outras finalidades, satisfazer o sentimento de segurança exigido pelos cidadãos (Oliveira, 2006).

A República Portuguesa, como Estado de Direito Democrático⁶, tem por responsabilidade garantir a segurança a todos os cidadãos que vivem em território

⁴ Consultar Pirâmide de Abraham Maslow, Hierarquia das Necessidades em Anexo A.

⁵ O conceito de risco traduz-se na “Probabilidade de materialização da(s) ameaças(s) sobre um determinado alvo(s) (infraestruturas, ativos e missões) num determinado período de tempo”(Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança, p.76)

⁶ De acordo com o artigo (art.º) 2º da Constituição da República Portuguesa (CRP), a República Portuguesa é um Estado de Direito Democrático.

nacional⁷, em respeito à dignidade da pessoa humana e demais normas do Estado de Direito.

Entendemos assim, que a preservação do Estado e a manutenção do sentimento de segurança é uma relação dinâmica entre o Estado e o cidadão dado que “nenhum Estado, (...), pode cuidar da segurança das pessoas e dos bens e assegurar a manutenção da ordem, sem primeiro cuidar da sua própria preservação” (Fernandes 2005, p. 30-31).

Oliveira (2006) considera que o conceito de segurança sofre uma transformação ao longo dos tempos, acompanhando a evolução da sociedade. A ideia aplica-se ao ditado popular: “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. Na atualidade, o conceito de segurança tem aplicabilidade a todos os sectores da sociedade. Assim, é um conceito em permanente evolução e considera-se polissémico.

Com a finalidade de espelhar, de forma genérica a evolução do conceito de segurança, tomaremos por referência as várias fases temporais marcantes para a percepção da evolução da definição. Para Oliveira (2006), de ente as fases, importa realçar a liberal do Estado constitucional ou de direito, onde o conceito de segurança estava ligado “à proteção da vida e da propriedade e das estruturas do Estado moderno”. Por outro lado, há que ter em consideração a fase do Estado-providência, onde os cidadãos passaram a exigir ao Estado não a “mera proteção coerciva dos seus direitos e liberdades mas, todo um conjunto de atuações em diversas áreas da vida social, especialmente na proteção de riscos e perigos reais e prováveis” (Oliveira 2006, p.53-54).

2.2. Políticas Públicas de Segurança

De acordo com Alves (2010, p. 97), “Logo que tenha sido feita uma identificação genérica de “alvos” e ameaças que configurem perigos, o Estado (...) deve definir uma política de segurança para cada ambiente a considerar”. É desta forma, que devem ser definidas as políticas governamentais como “projetos para resolução de problemas concretos, no domínio público, ou ações de um determinado governo orientadas para as funções típicas de um Estado, como é o caso da segurança” (Fonseca 2010, p. 26).

Segundo Oliveira (2006) as políticas públicas apresentam-se dívidas em sectores. Tendo em consideração o nosso objeto de estudo focar-nos-emos apenas no setor da segurança, dado que, é nesta vasta área que se definem as políticas públicas.

⁷ Ver art.º 27º número (n.º) 1 da CRP.

No sector da segurança, consideramos como políticas públicas de segurança o “conjunto de disposições legislativas e regulamentares tomadas para gerir o domínio da segurança, assim como as ações ou programas públicos colocados em ação pelos eleitos locais e nacionais” (Roché 1998, p. 157-158). Importa referir que, a definição das políticas públicas “compete ao mais alto nível hierárquico da organização em causa (...) exercendo nela todo o peso da sua autoridade” (Alves 2010, p. 97).

Tendo em conta que uma política pública de segurança está relacionada com “os resultados produzidos pela atividade dos governos” (Fonseca 2010, p. 26), esta torna-se credível quando consegue responder “às necessidades dos cidadãos, da população e reconhece os principais problemas que são colocados ” (Inácio 2010, p. 68). Esta é a razão, pela qual se afirma que as políticas públicas surgem “associadas às necessidades de segurança despoletadas pela sociedade” (Inácio 2010, p. 67).

Em resumo, podemos afirmar de forma coerente que “as políticas públicas de segurança têm por objetivo principal identificar as prioridades e os problemas que a segurança enfrenta” (Fonseca 2010, p. 42). Já os seus mecanismos de legitimação contribuem para definir qual o sector da segurança onde devem ser aplicadas, dentro do contexto da sociedade, segundo uma visão global (Oliveira 2006, p. 76).

2.3. Políticas Públicas de Segurança e a Intervenção Policial

Reafirmando a ideia que as Políticas Públicas de Segurança devem suprimir potenciais fatores de insegurança nas sociedades, para irem de encontro às necessidades dos cidadãos e tendo em consciência que aquelas devem ser definidas ao mais alto nível político, no caso concreto da segurança interna, as mesmas são da responsabilidade do Governo, como responsável de condução da política geral do país e órgão superior da Administração Pública (Confrontar com arts.º 182.º e 188, ambos da CRP), com principal esforço do Ministro da Administração Interna⁸, de acordo com o art.º 201.º, n.º 2, al. a), da CRP. A finalidade é garantir a segurança pública⁹.

⁸ Complementar com o exposto no Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna.

⁹ De acordo com o n.º 1 do art.º 1º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

Com a ideia de melhor ilustrar o processo da conceção das estratégias, recorreremos ao desenvolvimento teórico da pirâmide de Beaufre¹⁰. De acordo com este referencial, no topo da pirâmide está a estratégia total, sendo esta da responsabilidade do Primeiro-Ministro, que vai definir todos os objetivos governamentais através do Programa do governo constitucional, que atualmente diz respeito ao XIX Governo. A um nível inferior estão as estratégias gerais, da responsabilidade dos Ministérios e na base as estratégias particulares, com cometidos das Forças.

Aplicando as ideias anteriores ao caso nacional, verificamos que ao nível da estratégia total existe o atual Programa do Governo, donde a Cidadania e Solidariedade são um dos cinco pilares fundamentais. É aqui que encontramos os objetivos adotados para incrementar o sentimento de segurança nos cidadãos, sendo que estes são prosseguidos ao nível das estratégias gerais, que no caso da segurança interna, são da responsabilidade do Ministério da Administração Interna, através da formulação das políticas de segurança interna.

No caso concreto das polícias, estas devem direcionar as respetivas intervenções para a execução das políticas governamentais (González, 1995, cit in Oliveira 2006, p. 54). Em complemento, Silvério (2011) esclarece que “As Forças e Serviços de Segurança devem implantar estratégias para atingirem os objetivos políticos fixados” dado que é mediante uma Estratégia Policial que se vão conceber procedimentos e estabelecer ações, para se alcançar aqueles, de acordo com os seus objetivos. Os efeitos desejados devem ser tangíveis e mensuráveis, para que seja possível aos respetivos Estados-Maiores das Forças policiais controlarem a execução da estratégia e adotarem medidas de correção, sempre que necessário. Em regra, depois de publicada a política de segurança interna, os Comandantes ou Diretores das Forças emitem uma Diretiva Inicial de Planeamento, que inicia a fase de formulação das respetivas estratégias que sempre visam a prevenção criminal para a diminuição das taxas de criminalidade e o aumento do sentimento de segurança.

Quanto ao conceito da prevenção em si, Silvério (2011) alerta para a Decisão do Conselho da União Europeia de 28 de Maio de 2001 (Jornal Oficial L 153, de 08jun2001) que indica que aquela importante atividade abrange as medidas que têm por finalidade reduzir ou contribuir para a redução da criminalidade e dos sentimentos de insegurança dos cidadãos, quer qualitativamente, quer quantitativamente, com medidas políticas e

¹⁰ Consultar Pirâmide de Beaufre em Anexo B.

intervenções para reduzir as causas e potencialidades dos crimes e ainda, com medidas diretas de dissuasão.

A busca incessante da prossecução do interesse público e da transparência da Administração Pública possibilita que se acompanhe a execução da estratégia de cada uma das Forças, através dos respetivos planos de atividades e através do Relatório Anual de Segurança Interna (Silvério, 2011, p. 6).

2.4. Síntese Conclusiva

Na opinião de Silvério (2011) a implementação de Estratégias para atingir os objetivos políticos, tem de ter em consideração as responsabilidades legais das Forças, os meios humanos e materiais e as expectativas dos cidadãos. Como a Segurança se assume tanto como um objetivo teleológico de qualquer Estado, como uma necessidade de sobrevivência do ser Humano, considera-se fundamental definir parâmetros que a possam garantir. O conhecimento do processo de elaboração das respetivas estratégias, a partir do nível político, ao nível operacional e tático, é crucial para a vida de qualquer oficial das Forças de Segurança. É desta forma que podemos contribuir, como partes fundamentais do seu processo, para a consecução das Políticas Públicas de Segurança, mais concretamente das Políticas de Segurança Interna, onde constam as prioridades e orientações que regem a ação de qualquer Força ou Serviço de Segurança (FFSS).

No mundo atual, caracterizado por ameaças difusas e desterritorializadas, as FFSS devem delinear estratégias ajustadas à realidade social e às exigências políticas para que se possa, por um lado, prevenir o crime e, por outro, prosperar o sentimento de segurança entre os cidadãos.

Serão essas estratégias, o objeto de estudo no próximo capítulo.

Capítulo 3

Estratégias de Intervenção Policial

“Qualquer que seja a estratégia policial, deve submeter-se à prevenção criminal. Razão da existência das polícias, que garantem a ordem pública” (Silvério 2011, p.9)

3.1. Estratégias Policiais

Clemente (et all 2013) refere que a ação policial é essencialmente preventiva e que a antecipação do risco tem de ser um compromisso crucial das polícias. Tendo em conta que é uma ação que tem por objetivo a redução da frequência ou gravidade da prática delitual, a sua atuação perante a sociedade deve pautar-se pela adoção de estratégias e subsequentes táticas capazes de reduzir a prática criminal.

Essas estratégias podem encontrar-se explanas no quadro de Estratégias policiais de redução criminal, apresentado por Jérôme Ferret¹¹.

Por outro lado, se abordarmos as estratégias policiais segundo Ramírez (2005, p.49-103) podemos perceber que estas centram-se em quatro pilares mais um, sendo eles: a resposta; a ordem; a comunidade; a análise; e por fim, o individuo. Se as polícias ponderarem as possíveis estratégias mediante o pilar da resposta, apenas se concentrarão nas ações dos autores dos delitos com a finalidade de os apresentarem à justiça, ou seja, a resposta é apenas reativa. Atendendo ao pilar da ordem, verificamos que as polícias atuam sobre a alteração da ordem social para evitar o aumento do sentimento de insegurança, tendo por isso, um carácter preventivo. No caso da estratégia policial se centrar no pilar da comunidade, os laços serão estreitados entre a polícia e a comunidade, podendo, assim, também designar-se por “pilar do cidadão”. Neste último caso, o cidadão participa na

¹¹ Consultar Quadro de Estratégias policiais de redução criminal em Anexo C.

produção da sua própria segurança. É centrado neste pilar que enquadraremos o policiamento de proximidade ou comunitário.

Segundo, o pilar da estratégia policial da análise, o destaque é dado ao autor dos factos ilícitos ou aos fatores. Aqui, é exigido um estudo pormenorizado das potenciais causas de insegurança.

Por último, no caso da estratégia se centrar no indivíduo, é necessário a estratégia ter em consideração as componentes sociais, antes de fixar procedimentos ou ações de atuação policial.

Por questões de limitação da investigação, torna-se relevante restringirmos o estudo ao pilar da comunidade, dado que é nele que encontramos o policiamento de proximidade ou comunitário, de onde é originário o “Programa Residência Segura”, objeto do nosso estudo. No entanto, estamos conscientes da dificuldade em, na atualidade, se implementar certas estratégias baseadas apenas e só num dos pilares. As especificidades do tipo de criminalidade e a flexibilidade no planeamento devem potenciar as vantagens de cada uma das estratégias e diminuir as vulnerabilidades. É por este motivo que, frequentemente as estratégias são uma mescla das vantagens de cada um dos enfoques (pilares).

3.2. Policiamento de proximidade e policiamento comunitário

“As denotações atinentes a este modelo de policiamento são diversificadas, os ingleses, americanos e canadianos falam de community policing (traduzido para português como polícia comunitária). Os franceses e os belgas falam de polícia de proximidade” (Oliveira 2006, p115).

Falar em policiamento de proximidade é falar “num elo de confiança e de conhecimento mútuo entre as Forças Policiais e os cidadãos” (Coelho1998, p23). Desta forma percebemos que o policiamento tradicional, considerado por muitos como reativo, já não se adequa às sociedades modernas em virtude de não responder às verdadeiras necessidades das populações. Hoje, torna-se crucial que as Forças Policiais sejam, muito mais que reativas. É exigido que as estratégias policiais sejam preventivas. Por norma, procura-se nas estratégias organizacionais a “redução da criminalidade e o aumento do

sentimento de segurança (...) através do estabelecimento de parcerias, para que a população se sinta parte integrante da resolução de problemas” (Inácio 2010, p72).

É crucial a confiança da comunidade na polícia, para que as suas atuações sejam socialmente legitimadas e perceptíveis.

3.2.1 A proximidade

Com a finalidade de facilitar o entendimento doutrinal, definimos como conceito de proximidade as “medidas concretas conducentes a manter a paz social, e evidenciar-se não apenas ao nível da visibilidade operacional da força policial (...) mas também no conhecimento e no diálogo contínuo com o cidadão” (Alves 2007, p. 7).

Oliveira (2006) refere que o conceito de proximidade tende para aproximação da polícia à população, desenvolvendo-se para tal na dimensão Espacial em que existe a necessidade de inclusão da população na gestão policial e na identificação das especificidades do local (onde se desenvolve a ação); na dimensão Temporal onde se ajusta os aspetos organizacionais da polícia e o exercício da sua própria função, para determinado período de tempo; e por fim, na dimensão Relacional onde se preconiza pela qualidade do serviço, permitindo que a ação policial seja baseada no princípio da legalidade e na dignidade da pessoa humana, tendo por referências as expectativas da população.

3.2.2. Policiamento Comunitário

“Foram os Estados anglo-saxónicos, detentores de sistemas policiais descentralizados que, nos anos setenta, adotaram as primeiras reformas organizacionais de natureza micro, utilizando como paradigma reformador o policiamento comunitário. (...) A maior parte dos Estados da Europa continental só enveredaram por este novo modelo nos anos noventa ”
(Goldestein, et al, 1990 citados por Oliveira, 2006, p. 119).

Tendo como ponto de partida a ideia da cooperação entre a polícia e a comunidade apresentada por Skolnick e Bayley (2006), verificamos que é frequentemente mal percebida. O policiamento comunitário, cujo “aparecimento remonta à Polícia

Metropolitana de Londres, fundada por Robert Peel¹² em 1829” (Oliveira, 2006, p. 119), é tido como uma estratégia para suprimir esse mau entendimento. É com este fito que se consolida os laços criados entre interlocutores, contribuindo, paralelamente, para uma eficaz prevenção policial. Desta forma, a premissa central deste tipo de policiamento é orientada para o público, o qual deve manter uma ação participativa na obtenção de segurança.

Para Skogan (1998) a polícia comunitária é entendida, também, como uma estratégia organizacional, sendo por isso, mais que um plano tático porque incide sobre os objetivos da ação policial. O alcance deste intento implica “a reforma de processos de tomada de decisão e a emergência de novas culturas no seio das forças policiais” (Skogan, 1998, p. 113).

Podemos afirmar que o policiamento comunitário é uma estratégia organizacional ao nível das Forças de Segurança que tem em vista uma parceria entre estas e a comunidade, fundamentada “na ideia de que a polícia e a comunidade têm de trabalhar em conjunto para identificar e definir as prioridades e encontrar soluções para os problemas da atual sociedade (...) com o objetivo de melhorar a qualidade de vida” (Trojanowicz e Buquereaux, 1994, p.6).

Desta forma, segundo Skolnick e Bayley (2006), a ação de policiamento de proximidade desenvolvida tem por base quatro normas fundamentais: a organização da prevenção do crime, com base na comunidade, tornando-se “o objetivo último e a peça central do policiamento orientado para a comunidade” (Skolnick e Bayley, 2006, p. 19); o redirecionamento das atividades de patrulhamento para dar um maior ênfase a ocorrências que não são urgentes resolver. O principal objetivo é reduzir o número de efetivos policiais que se encontram no atendimento, aumentando, desta forma, o efetivo policial em patrulhamento “de modo a estes se poderem inserir na prevenção proactiva do crime” (Skolnick e Bayley, 2006, p.24); as comunidades locais têm de ser encarregadas de uma maior responsabilização na produção de segurança; e por fim, a descentralização do comando.

Seguindo a ideia de Skogan (1998), que complementa de forma substancial as normas apresentadas pelos dois autores supracitados, o policiamento comunitário assenta também na descentralização organizacional das Forças Policiais; estas têm de redirecionar

¹² Enquanto funcionário da Home Secretary estabeleceu dois princípios: a eficácia da polícia não se revela pelo número de detenções, mas sim pela ausência de crimes; e o outro, as polícias são o público, e o público as polícias (Lisboa, 2008, p.3).

as patrulhas tendo em conta as características das zonas, facilitando desta forma o canal de comunicação, em ambos os sentidos (policia – público). A ação policial é por si, orientada e concentrada na resolução de problemas. As polícias devem conhecer os problemas dos cidadãos e definir prioridades para satisfazer expectativas daqueles no sentido de incrementarem o sentimento de segurança.

Guinote (et all 2013, 147) considera o modelo de policiamento comunitário uma estratégia policial resultante de técnicas metodológicas de policiamento. São exemplos o policiamento orientado para o problema que define procedimentos de atuação mediante estratégias específicas e programas de redução das taxas de criminalidade em resposta à ineficiência de outros modelos, como por exemplo o das estratégias centradas apenas na ordem e conseqüente atuação reativa aos problemas policiais. Tal decorre do facto de a polícia “concentrar a maioria dos seus recursos humanos na gestão interna e nas atividades tradicionais de patrulhamento apeado, ignorando os objetivos e os fins estratégicos da polícia e as expetativas da comunidade” (João et all 2013,p. 147).

O autor anterior, define também o policiamento orientado pelas informações, caracterizado por Ratcliffe (2003, cit in João, Lobo e Bação 2013,p. 150) como “um processo contínuo e permanente de interação entre as informações, os decisores policiais e o ambiente criminal”. Assim segundo João (et all, 2013), o policiamento orientado pelas informações exige das organizações policiais uma capacidade de entender o ambiente criminal. Aqui, o recurso a especialistas em análise criminal é crucial.

Para Tonry e Morris (1992) a tarefa fundamental de uma organização policial é dar resposta eficiente às solicitações das pessoas. É por esta razão, que as Forças Policiais devem ajustar o policiamento às necessidades da comunidade, com a intervenção desta, na resolução de problemas.

3.2.3. Policiamento de Proximidade

“Procurando algum paralelismo entre as atividades que, nos EUA e na Grã-Bretanha, são designados por community policing e aquilo que se pratica em França sob a denominação de police de proximité, podemos afirmar que o conceito francês aponta para o modelo anglo-saxónico. Este assenta na ideia central de que a polícia pode obter melhores resultados ao

apoiar-se nas boas relações que desenvolva com o público” (Alves, 2008 p.179).

Conforme Alves (2008), baseando-se no trabalho de Barbara Jankowski, o nascimento do conceito de policiamento de proximidade teve origem em França no início dos anos oitenta. Com o aumento significativo da delinquência houve a necessidade de intensificar a presença policial na via pública. Paralelamente, observou-se o fenómeno de *îlotage* que consistia na “individualização operacional de agrupamentos ou células de casario, com atribuição do seu patrulhamento a agentes atuando apeados, especializados e permanentes”(Jankowski,1993 cit in Alves, 2008, p. 179). De uma forma genérica, foi desta maneira que este modelo de policiamento ganhou uma crescente importância no modo de atuar das Forças Policiais e reforçou as relações polícia-população. Por um lado, preconizou-se a dimensão preventiva com a inserção das populações e polícias nas políticas locais, e por outro, não se esqueceu a dimensão repressiva para garantir a ordem pública” (Alves, 2008, p. 179).

Para o mesmo autor as bases do policiamento de proximidade têm o fundamento no policiamento comunitário, sendo crucial a implementação das seguintes medidas: dar uma atenção cada vez maior ao público e às suas expectativas, em assuntos de segurança; assegurar o trabalho em parceria com outras agências; fomentar a ideia de territorialização dos serviços de polícia; e garantir a implementação do *îlotage* como forma de intervenção prioritária da polícia em áreas urbanizada (Alves, 2008, p. 180).

O fomento da territorialização consegue-se com uma adaptação da polícia, quer em termos de espaços físicos, quer em termos de espaços sociais à respetiva área de ação. Já a *îlotage* é definida como “uma técnica de vigilância da via pública, que consiste em assegurar uma presença personalizada, regular, ostensiva e *securisante* nos bairros (...)” (Jankowski,1993 cit in Alves, 2008, p. 181). Com a *îlotage* é favorecida a aproximação entre a polícia e a população, pela convivialidade das partes.

Quanto à necessidade de parcerias, estas têm, segundo Alves (2008), de ser desenvolvidas em três direções: “com outras instâncias e instituições implicadas na segurança (...); com a própria população, de modo a conhecer as suas expectativas e poder dar-lhes resposta; com as particularidades do ambiente local, que tem de ser considerado específico em cada caso” (Jankowski,1993 cit in Alves, 2008, p. 181). No que diz respeito à relação entre a polícia e o público, devem ser tidos em conta os aspetos que as diversas classes etárias têm em apreciação para se sentirem seguras. Assim, entre os adultos, o

sentimento de insegurança traduz-se principalmente no medo de assaltos e nos receios respeitantes à segurança dos filhos, enquanto, por exemplo, nos jovens, a desconfiança em relação a qualquer forma de policiamento” (Alves, 2008, p. 182).

Tal como o policiamento comunitário originou um conjunto de procedimentos, denominados anteriormente por técnicas metodológicas de policiamento, também o policiamento de proximidade, privilegiando a dimensão preventiva, tem em conta quatro modalidades identificadas em 1998 pelo Ministério de Administração Interna português (MAI): vigilância, informação, visibilidade e intervenção legal como fator de prevenção.

Relativamente à vigilância, o MAI (1998) referiu que os elementos das Forças de Segurança não devem apenas direcionar a vigilância para pessoas suspeitas ou para problemas já identificados como geradores de insegurança. Devem também direcionar a ação de vigilância para focos potenciadores de problemas, sendo necessário envolver no processo de vigilância toda a população, alertando-a desta forma que “a segurança começa nela e que tudo o que ela observe e transmita às Forças de Segurança pode contribuir para dissipar o sentimento de insegurança e para colmatar situações geradoras de conflitos” (MAI, 1998, p. 16).

A técnica de proximidade inerente à informação, baseia-se “na troca, constante e “transparente” de informação sobre segurança, em geral, e sobre hábitos preventivos, em particular, entre as Forças de Segurança e as populações”. De acordo com as orientações do MAI (1998) é necessário estabelecer contatos diretos entre as Forças de Segurança e a população, para que estas fiquem esclarecidas sobre as ações que se desenvolvem no âmbito da segurança. É necessário também que a informação seja dirigida a destinatários específicos, tais como “grupos de risco, grupos minoritários, certas atividades, certos problemas ou determinados bairros” (MAI, 1998, p. 16-17). A visibilidade e presença das Forças de Segurança podem ser divididas em visibilidade operacional e em visibilidade social, sendo que o primeiro conceito é efetivado “através do patrulhamento nomeadamente apeado, auto e equestre, e o segundo na interação das polícias com as comunidades. Na verdade, a patrulha é a chave do policiamento de proximidade”.

No respeitante a visibilidade social, “é uma técnica de proximidade que, quando bem utilizada, permite dar a conhecer às populações o que são as Forças de Segurança e aquilo que fazem (...) é importante desenvolver ações que reforcem a ligação às populações e promovam a imagem das Forças de Segurança” (MAI, 1998, p. 21).

Se o patrulhamento policial for dirigido aos problemas específicos de cada localidade, este pode ainda caracterizar-se como patrulhamento por objetivos. Os polícias

que o executam devem ter como missão específica procurar identificar as causas dos problemas em determinadas áreas e aumentar o fluxo de informação nessa mesma área. Outra forma de patrulhamento consiste no patrulhamento dirigido que “é utilizado em áreas geográficas com grandes índices de criminalidade e visa a diminuição dos problemas criminais e da violência, através do deslocamento de elementos para essas áreas ” (MAI, 1998, p. 18-21).

Já quanto à intervenção legal como fator de prevenção “o agente policial necessita de adotar um conjunto de medidas complementares que lhe permita oferecer ao cidadão serviços básicos de qualidade, tais como o aconselhamento, a dissuasão, o acompanhamento e a proteção”. O MAI (1998) dirige-se ao caráter coercivo como um elemento subsidiário da prevenção criminal, mesmo que no âmbito do policiamento de proximidade, dado que atua como ação inibidora sobre potenciais focos de geração criminal (MAI, 1998, p. 22).

O policiamento de proximidade é referido como uma “estratégia operacional que permite às Forças de Segurança e à comunidade trabalharem em conjunto para conseguirem encontrar formas inovadoras de resolverem os problemas sentidos por essa comunidade” (MAI, 1998, p. 14).

Abordados estes dois conceitos de policiamento, no próximo subcapítulo será feita uma análise comparativa entre estes.

3.2.4. Análise comparativa entre os dois modelos

Para Ocqueteou (2000, cit in Oliveira, 2006, p. 115) “os países da Europa continental preferiram adotar o termo “*Police de Proximité*”, querendo significar mais um esforço de adaptação organizacional da polícia em relação aos cidadãos”, em detrimento ao termo de policiamento comunitário que reside “no trabalho em parceria entre a polícia e coletividade, no sentido de uma melhor gestão da criminalidade, da ordem pública, e do desenvolvimento de programas de prevenção do crime”(Normandeau, 1998 cit in Oliveira, 2006, p. 115).

Para Barradas (2011) o policiamento de proximidade é orientado para um determinado segmento da população, recorrendo à aplicação de programas especiais, enquanto o policiamento comunitário pressupõe o seu direcionamento para o local onde é desenvolvido, recorrendo à implementação de parcerias. Pode-se falar em policiamento

comunitário ou de proximidade como um único conceito, tendo em conta que apenas as origens os diferem, porque o objetivo é comum: a aproximação da polícia à população.

3.3. Síntese Conclusiva

Podemos agora ter a perceção que a atuação policial, tende por se pautar por um conjunto de estratégias com o objetivo de possuir uma capacidade de resposta ao sentimento de insegurança. Este deve ser analisado de per si.

Essas estratégias, denominadas de estratégias de intervenção policial, têm em conta vários parâmetros que as estruturam. No âmbito do presente trabalho o grande enfoque foi o parâmetro da comunidade, para que assim se possa entender o policiamento de proximidade ou comunitário.

Assim, o policiamento de proximidade ou comunitário, mesmo com origens distintas, são agora abordados como um único conceito, visto que tem objetivos comuns - o de sedimentar a relação entre a polícia e o cidadão.

Percebemos também que, independentemente da estratégia adotada, toda a atuação policial deve ter como objetivo último a prevenção criminal, havendo para tal, a necessidade de se passar de uma polícia reativa a uma pró-ativa.

De acordo com o estudo e tendo por finalidade a prevenção, as estratégias policiais devem ter por referência o pilar da ordem e nos casos específicos, o da comunidade.

Capítulo 4

A GNR e a prevenção

4.1. Prevenção

“A prevenção é a atividade primordial da função polícia. A ela deve corresponder o maior empenhamento, de modo a produzir o máximo possível de utilidade social (...) A assistência às pessoas e às populações é uma atividade com utilidade social indiscutível e imediatamente gratificante.

Reforça a legitimação policial o modelo de polícia que enfatiza a atividade orientada para o serviço à comunidade (...) uma vez que as sociedades, cada vez mais, desejam reduzir a distância entre os que detêm a autoridade e os que dela beneficiam, praticar a proximidade social aos cidadãos legitima a polícia” (Alves, 2008, p. 171).

Para Alves (2008) a tipologia de prevenção criminal é estabelecida na prevenção penal e na prevenção social. Esta poderá ser primária, quando se verifica a implementação das políticas gerais. Por outro lado, pode ser secundária quando se verifica a utilização de medidas de intervenção dirigidas a certos grupos de pessoas, e por fim, terciária, quando realizada ao nível de intervenções singulares de profissionais especializados, com vista a reprimir a reincidência dos delinquentes e proteger as possíveis vítimas. É também elencada a prevenção situacional ou comunitária que é aquela que procura limitar “as oportunidades de cometimento de infrações, a nível individual ou de grupo, através da tomada de diversas medidas, com vista a alterar condições criminógenas” (Alves, 2008, p. 172)

Atendendo ainda à prevenção situacional, esta, segundo Gassin (1994, cit in Oliveira, 2006, p. 80), tem de identificar os fatores de risco para que posteriormente possam ser criados programas de ação com vista a suprimir os seus efeitos.

Relativamente à prevenção situacional, os delitos podem ser evitados se existir a possibilidade de manipular o ambiente onde são cometidos. Segundo Cusson (2002), na

prevenção situacional torna-se mais importante incidir sobre as circunstâncias que levam um sujeito a cometer um determinado facto ilícito, do que propriamente incidir sobre o sujeito. Desta forma, é exigido às Instituições que têm por responsabilidade de manter a segurança interna¹³, como é o caso da GNR¹⁴, a implementação de “modelos policiais inovadores no sentido da resolução dos problemas de segurança” (Sherman, 1997 cit in Oliveira 2006, p. 81).

Tendo em consideração que “as políticas de segurança e as Instituições cujas atribuições é manter e assegurar a segurança estão confrontadas, hoje em dia, com novos paradigmas, designadamente o da prevenção ” (Oliveira 2006, p. 79), a ação policial desenvolvida no domínio da prevenção tem como consequência, segundo Bayle (2010, cit in Oliveira 2006, p. 82) o aumento da legitimidade da atuação da polícia. Pois, esta não deverá ser apenas solicitada quando já se tenha verificado a ocorrência da infração, em virtude do papel policial ser também o de mediação social.

É desta forma que se torna necessário, no próximo capítulo, analisar a GNR, como Força de Segurança e qual o papel que ela desempenha na aplicação de medidas de prevenção criminal. Tendo em conta que a GNR se configura de acordo com o regime legal como uma Instituição que tem como objetivo a produção de segurança, serão então explanados os modelos de policiamento praticados e os programas orientados para a prevenção, na área de ação do Algarve, onde realizamos o estudo de caso. Por sua vez, estes surgem enquadrados pelos demais objetivos, orientações políticas e objetivos estratégicos elencados no plano de atividades institucional.

4.2. O papel da GNR na Prevenção Criminal

“Os recentes padrões de policiamento, orientados em função dos problemas e expectativas do cidadão, exigem da Guarda Nacional Republicana (GNR) a capacidade para dar respostas válidas a novos desafios. Apelar pela participação do cidadão na segurança, integrando-o no conceito de Policiamento de Proximidade e de Segurança Comunitária,

¹³ De acordo com o n.º1, do art.º 25 da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, as Forças de Segurança são organismos públicos que estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apertidários e concorrem para garantir a segurança interna.

¹⁴ De acordo com o n.º 2, do art.º 25 da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, exercem funções de segurança interna a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Judiciária, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Serviço de Informações de Segurança.

torna-o mais participativo mas também mais exigente” (Copeto, 2011, p. 48).

Como referido anteriormente pela definição dada pelo MAI (1998), o policiamento de proximidade é tido como uma estratégia operacional que permite às FFSS encontrarem formas de resolverem os problemas da comunidade.

Sendo fixado em determinada estratégia que o policiamento de proximidade é um dos eixos de orientação a seguir, este deve ter como finalidade o de contribuir para o alcance dos objetivos políticos que se encontram explanados no programa dos governos.

O Governo Português vigente no respetivo programa governativo faz constar que a cidadania e solidariedade representam um dos seus pilares. É neste pilar que encontramos fixados como objetivos:

- “Reforçar e renovar os efetivos nos sectores prioritários, em especial nas Forças de Segurança, nomeadamente através da efetivação de concursos regulares que tenham em conta as aposentações, mas também através da libertação de recursos humanos já existentes que se encontram afetos a tarefas administrativas, judiciais e burocráticas, em ordem a concentrar o máximo de efetivos nas valências operacionais e no policiamento de proximidade”;
- “Adotar medidas que valorizem o papel e o estatuto das Forças de Segurança, incentivando a eficiência, a formação e a mobilidade interna e que fomentem a ligação dessas Forças às instituições da sociedade civil”;
- “Incrementar a presença e a visibilidade das Forças de Segurança” (Programa do XIX Governo Constitucional, p. 72).

Aqueles objetivos são prosseguidos por políticas. Atendendo à especificidade da Segurança Interna podemos encontrar, no RASI, os objetivos estratégicos que constituem as políticas. No documento encontramos os seguintes:

- “A aposta no reforço da presença e da visibilidade das Forças de Segurança, (...) no bom relacionamento entre os agentes e os cidadãos (...). O envolvimento da sociedade civil, especialmente em zonas e comunidades urbanas sensíveis, será outra das vertentes privilegiadas em 2013”;

Por outro lado, a Lei de política criminal¹⁵ refere no seu art.º 8 que as FFSS desenvolvem planos de policiamento de proximidade.

A GNR na qualidade de Força de Segurança¹⁶, responde aos objetivos anteriormente elencados de acordo com o plasmado no plano de atividades. No presente estudo foi tido em consideração o plano de 2013. A prossecução destes objetivos é desenvolvida através de orientações como o “combate das causas da criminalidade, bem como o aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária”, que são dois dos setes grandes objetivos estratégicos da Instituição.

Expostos alguns conceitos orientadores da temática, analisemos agora a Estrutura da GNR para executar os programas especiais. De acordo com a Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro, que aprova a orgânica da GNR (LOGNR), no seu art.º 1, é explanado que a GNR é uma força de segurança de natureza militar, tendo como atribuições garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos, bem como prevenir a criminalidade (art.º3 da LOGNR).

Pela LOGNR vigente a GNR está articulada em Comando, Unidades e Estabelecimentos de Ensino. De acordo com o art.º 21 da LOGNR, a estrutura de comando compreende o Comando da Guarda e os Órgãos Superiores de Comando e Direção. Estes últimos compreendem de acordo com o n.º3 do mesmo art.º, o Comando Operacional (CO), o Comando da Administração do Recursos Internos (CARI) e o Comando de Doutrina e Formação (CDF).

Focando agora o CO e redirecionando o estudo para o Decreto Regulamentar (DR) n.º 19/2008, de 27 de novembro, verificamos que podemos encontrar as competências e a estrutura interna dos serviços dos Órgãos Superiores de Comando e Direção. Pela subsecção I, da secção I do Capítulo II, podemos constatar que o CO, compreende a Direção de Operações (DO), onde no art.º 6 do referido DR, a esta compete, de acordo com o ponto vi da alínea a): “a prevenção criminal, o policiamento comunitário e os programas especiais”. Por outro lado, atendendo à NEP/GNR – 3.58, que regula o funcionamento dos Programas Especiais e Policiamento de Proximidade da GNR, verificamos que na DO do CO, se encontra a Divisão de Emprego Operacional (DEO), e esta integra a Repartição de Programas Especiais (RPE), à qual compete a apresentação das propostas e a organização dos programas especiais da GNR, assim como, o planeamento, a coordenação e a

¹⁵ Consultar Lei n.º 38/2009, de 20 de julho.

¹⁶ Conforme Art.º 25, n.º2 al. a) da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

supervisão dos resultados, bem como toda a ação desenvolvida no âmbito do policiamento de proximidade e segurança comunitária da GNR.

Já a nível dos Comandos Territoriais (CTer), a prevenção criminal no âmbito dos programas especiais de policiamento de proximidade e segurança comunitária, na respetiva Zona de Ação (ZA) do CTer, é assegurada pelo Oficial responsável da área dos programas especiais, integrada na Secção de Operações de Informações Treino e Relações Públicas (SOITRP) que existe em cada CTer.

É deste forma que a GNR se estrutura para o planeamento, execução e supervisão dos programas especiais. A ação institucional para esta importante área está conforme – “alinhada” com os objetivos estabelecidos politicamente. De acordo com a Diretiva n.º 31/99 alusiva ao policiamento de proximidade, a questão da segurança não se esgota unicamente na dimensão policial, dado que não é uma responsabilidade exclusiva das forças. É do conhecimento geral que a tranquilidade e a segurança dos cidadãos só poderão ser obtidas mediante uma resposta multidisciplinar e abrangente que envolva a interação social, a adoção de parcerias de cooperação e a partilha de responsabilidades entre as Forças de Segurança e a sociedade civil.

Apresentada a visão de como é enquadrado o Programa Residência Segura¹⁷ (objeto de estudo) na orgânica da Guarda é crucial falarmos da sua génese. Este Programa surgiu como uma resposta, por parte da GNR, ao aumento do sentimento de insegurança, provocado pela ocorrência de vários roubos com violência em residências, localizadas em zonas de difícil acesso no concelho de Loulé, localidade do Sobradinho da Alfeição - Algarve. Inicialmente o Programa foi implantado e desenvolvido no DTer Loulé e depois aplicado em toda a zona de ação do CT Faro. Em 2010 o Programa foi qualificado pelo Sr. Tenente-General Comandante do Comando Operacional da GNR, como uma “boa prática” e divulgado a toda o dispositivo e, posteriormente apresentado por Portugal como candidatura ao “Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade”.

O Programa em si assenta em termos estratégicos na georreferenciação de residências isoladas, na incrementação de troca de informação entre a população e a GNR, através de um policiamento de proximidade específico, e no fomento de práticas de vigilância entre vizinhos. Nas zonas onde é aplicado há um intermediário que representa a comunidade junto da Guarda.

¹⁷ Consultar Anexo D – Programa Residência Segura.

Por sua vez, a comunidade envolveu aqueles que na matéria melhor os representavam, como seja, ex-polícias estrangeiros, como por exemplo o Senhor David Thomas¹⁸ que criou o site: <http://www.safecommunitiesalgarve.com>¹⁹, onde se pode ter acesso a conselhos, aos contatos das equipas específicas da Guarda para este tipo de serviço e inclusive permite a possibilidade de fazer queixas on-line.

Em complementaridade foram criadas parcerias com as autoridades administrativas, como por exemplo com o Governo Civil de Faro que ofereceu os equipamentos GPS para as equipas e com as autarquias que de uma forma ou outra aderiram ao Programa.

Com a finalidade de avaliar o Programa a Guarda em 2010, através do DTer Loulé realizou um inquérito de satisfação a uma amostra de 65 pessoas da população do Sobradinho da Alfeição. Os resultados foram surpreendentes pelos excelentes resultados obtidos em termos de grau de satisfação. Por outro lado, verificou-se que todos os inquiridos conheciam o Programa e os militares adstritos ao serviço. Os mesmos consideraram por unanimidade o Programa muito importante, e da mesma forma manifestaram a opinião que se sentiam seguros ou muito seguros.

4.3. Síntese Conclusiva

Podemos assim concluir que a GNR, como Força de Segurança, desempenha um papel crucial na prossecução dos objetivos políticos respeitantes à prevenção criminal no âmbito do policiamento de proximidade. Desde logo, por ter à sua responsabilidade policial cerca de 94% do território nacional.

Naquele sentido, podemos constatar, cada vez mais, que no âmbito da produção da segurança há a necessidade de estabelecer parcerias com as entidades civis, para que se possa prevenir o crime e repelir o sentimento de segurança.

Observamos que, a GNR como Força de Segurança de âmbito nacional apresenta uma capacidade de resposta adequada, quer pela maneira como está estruturada no âmbito do planeamento dos programas especiais (divisão de responsabilidades nos escalões de comando), quer pela filosofia de atuação peculiar, decorrente de uma natureza institucional única (natureza militar e área de responsabilidade de cerca de 94% do território nacional).

¹⁸ Ex-polícia da Europol.

¹⁹ Consultar Anexo E – Informações disponíveis neste site.

É no caso concreto do Programa Residência Segura que constatamos que a GNR coloca o cidadão num papel de destaque na produção da sua própria segurança em complementaridade com outras ações executadas no âmbito do policiamento de proximidade.

Capítulo 5

Metodologia e Procedimentos

5.1 Método de investigação

Terminada a revisão da literatura sobre o tema a que se subordina a investigação deste trabalho, é nesta nova parte do trabalho que se torna pertinente “recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis” (Sarmento, 2008, p.3) importantes para o alcance dos objetivos.

Esta recolha de dados e informações tem o enfoque de consolidar os conhecimentos, desenvolvendo-se através de entrevistas direcionadas a entidades que possuem experiência em matéria afeta ao Programa Residência Segura.

5.2 Caracterização da área de estudo

Dado que a investigação deste trabalho incide sobre o estudo do Programa Residência Segura na zona do Algarve, torna-se importante caracterizar, mesmo que sucintamente, esta área.

Desta forma, tendo por base o DL n.º 244/2002, de 5 de novembro²⁰, o Algarve tem uma área de 4995 km², representando 5,4% do território nacional, sendo Faro a sua capital e Loulé o seu maior concelho. A região do Algarve é constituída por uma Nomenclatura de Unidades Territoriais - NUT III, 16 municípios, nomeadamente Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Esta região localiza-se no extremo ocidental da Europa, a Sul de Portugal. De acordo com o Guia de Turismo da Natureza do Algarve, esta região constitui-se numa unidade geográfica bem individualizada no território português, ocupando a faixa mais

²⁰ Integra num único diploma legal todos os ajustamentos da Nomenclatura de Unidades Territoriais (NUT), decorrentes de alterações na estrutura administrativa.

Desta forma, de acordo com a Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro²¹, relativamente às unidades territoriais, o CT Faro tem na sua constituição:

- Destacamento Territorial (DTer) de Albufeira, que engloba os Postos Territoriais (PTer) de Albufeira, Olhos de Água e Paderne;
- DTer de Faro, que engloba os PTer de Faro, Fuzeta, Olhão, São Brás de Alportel e o Posto Fiscal do Aeroporto de Faro;
- DTer de Loulé, que engloba os PTer Almancil, Loulé, Quarteira, Salir e Vilamoura;
- DTer de Portimão, que engloba os PTer de Aljezur, Lagos, Monchique, Odeceixe, Portimão e Vila do Bispo.
- DTer de Silves, que engloba os PTer de Armação de Pêra, Carvoeiro, Lagoa, São Bartolomeu de Messines e Silves
- DTer de Tavira, que engloba os PTer de Alcoutim, Castro Marim, Martinlongo, Tavira e Vila Real de Santo António.

Analizamos de seguida a criminalidade praticada contra o património, tendo em consideração o RASI relativo ao ano de 2010

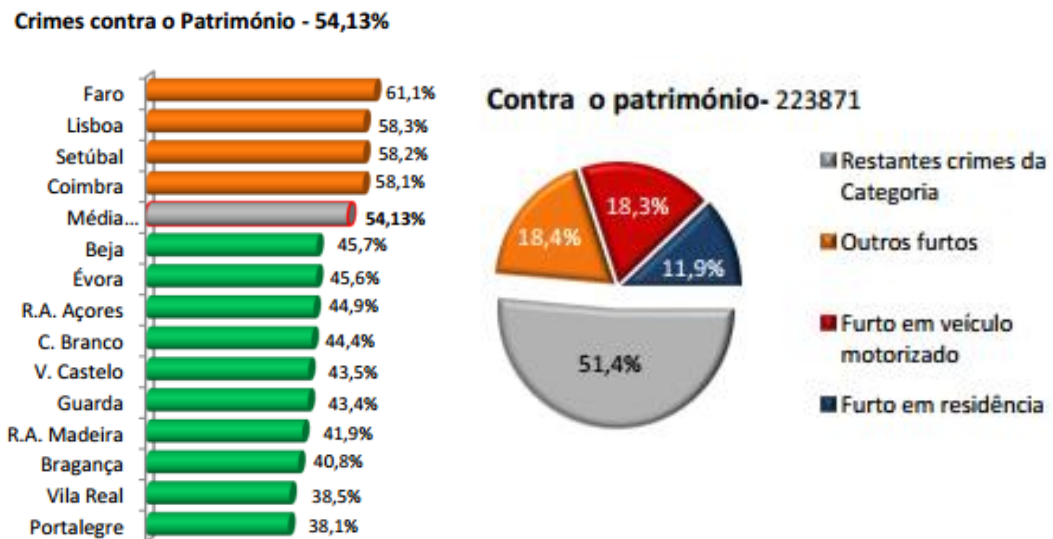


Figura n.º 2: Crimes contra o património praticados por distrito em 2009
 Fonte: RASI (2010, p.66)

²¹ Estabelece a organização interna das unidades territoriais da GNR.

Verificamos que, em 2009, o furto em residência constituía cerca de 11,9% dos crimes praticados contra o património a nível nacional, sendo que este tipo de criminalidade tinha uma percentagem de 61,1% da criminalidade praticada no distrito de Faro.

Já no ano de 2011, e tendo por referência o RASI publicado em 2012, verificamos quanto ao mesmo tipo de criminalidade o seguinte:

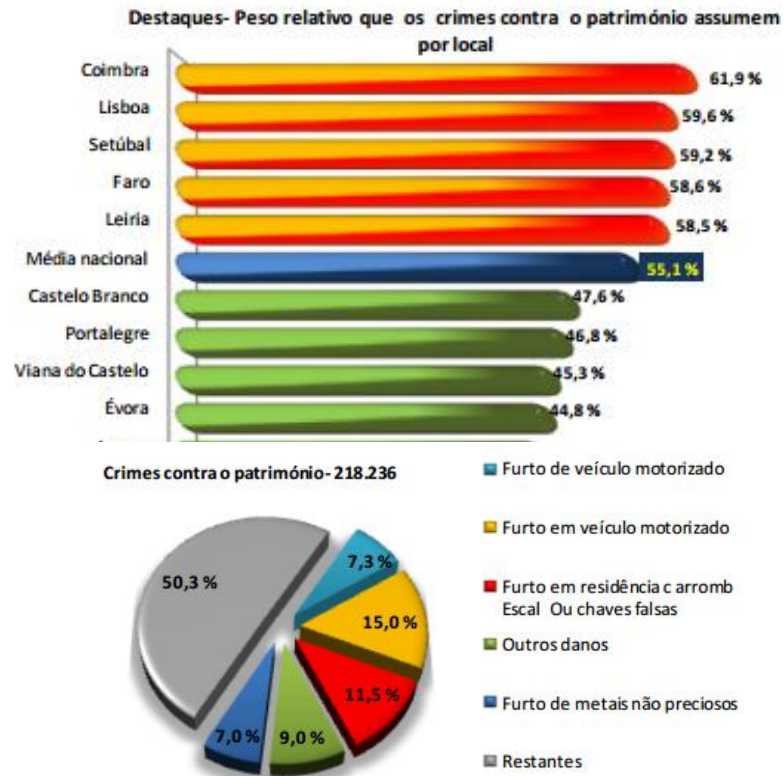


Figura n.º 3: Crimes contra o património praticados por distrito em 2012
 Fonte: RASI (2012, p.66).

No ano em análise, o furto em residência constituía cerca de 11,5% dos crimes praticados contra o património a nível nacional, sendo que este tipo de criminalidade tinha uma percentagem de 58,6% da criminalidade praticada no distrito de Faro. Desta forma, podemos constatar que no período entre 2009 e 2012, o furto em residência apresentou um decréscimo de 0,4% a nível nacional, e que a criminalidade praticada contra o património na zona do Algarve apresenta um decréscimo de 2,5%.

5.3 Procedimentos e técnicas

De acordo com a NEP n.º 520/DE/30JUN11/AM, este trabalho deverá ser redigido para que o leitor possa replicar a metodologia e os procedimentos empregues nesta investigação.

O método utilizado, como referido anteriormente, foi a entrevista, e fazendo agora uma análise pormenorizada desta, foram realizadas seis entrevistas, que de acordo com Sousa e Baptista (2001) se qualificam como semiestruturadas do tipo intensivo, dado que, incide sobre um indivíduo e realiza-se sem limite temporal e com ampla liberdade, o que proporciona ao entrevistado a total liberdade para expor os seus pontos de vista.

Assim, seguindo aquela orientação efetuou-se a elaboração de um guião de entrevistas. Este, foi estruturado em questões que possibilitassem recolher informação para dar uma resposta às questões derivadas do problema central, definido no início da investigação.

A realização das entrevistas verificou-se entre o dia 1 e 4 de julho de 2013, e a cada entrevistado foi entregue um guião da entrevista com a respetiva carta de apresentação e as questões que lhe seriam colocadas.

Concluída a fase da realização das entrevistas, procedeu-se à respetiva transcrição, para posterior análise.

Este método revelou-se pertinente para a obtenção de informação capaz de dar uma resposta aos objetivos por nós estabelecidos.

5.4 Caracterização da amostra

Depois de tomarmos consciência do dispositivo territorial onde pretendíamos realizar o estudo de caso, centrado no Programa Residência Segura, foi nossa preocupação aplicar as entrevistas às entidades, que pela sua experiência no terreno, possuíssem grande conhecimento sobre o Programa Residência Segura. A seleção das mesmas recaiu nas pessoas indicadas no seguinte quadro:

Quadro n.º 1: Entidades entrevistadas

N.º da Entrevista	Entrevistado	Função
1	Alferes Pedro Miguel Ribeiro Fernandes	Adjunto do Comandante de DTer de Silves
2	Capitão Abel Arcanjo De Sousa Adriano	Comandante do DTer de Loulé
3	Capitão Carlos Manuel Neves Bengala	Comandante do DTer de Portimão
4	Capitão Emanuel Do Carmo Delgado Carapinha	Comandante do DTer de Tavira
5	Capitão Paulo Cesar Brito Dos Santos	Comandante do DTer de Faro
6	Major Marco Reinaldo Henriques	Comandante do DTer de Albufeira

Assim, a amostra a estudar incidiu sobre todos os Comandantes dos DTer que compõe o CTer de Faro, exceto no DTer de Silves, onde foi entrevistado o Adjunto do Comandante, dado que este tem à sua responsabilidade direta a Secção de Programas Especiais. No entanto, institucionalmente o policiamento de proximidade é da responsabilidade dos Comandantes dos Destacamentos Territoriais de quem dependem as SPE. Em virtude do DTer de Silves ter mais de um Oficial ao serviço, a responsabilidade daquele tipo de serviço, de capital importância para a Guarda, é responsabilidade do adjunto de Destacamento, com a supervisão do comandante.

5.5 Meios Utilizados

As entrevistas foram gravadas, utilizando a aplicação Voice Recorder para o sistema Android. A análise do conteúdo das entrevistas efetuou-se com o auxílio do programa Windows Media Player.

Capítulo 6

Apresentação análise e discussão dos resultados

Generalidades

Neste ponto é nossa intenção apresentarmos as respostas a cada pergunta do guião das entrevistas, para retermos o que consideramos de mais importante para o âmbito da investigação.

Análise das Entrevistas

Em termos de metodologia aplicada na análise das respostas, começaremos por verificar os parâmetros mencionados nas respostas dos entrevistados, realçando o mais relevante, para de seguida evidenciarmos algumas variáveis pertinentes, e por fim, apresentaremos ideias conclusivas, para cada pergunta.

Questão nº 1 – Tendo em conta que a GNR desenvolve vários programas dirigidos a prevenção de criminalidade, qual foi a justificação da criação deste Programa – Residência Segura? Pensa que as características específicas da Zona de Ação foram um potenciador para a criação do referido Programa?

Como enquadramento da pergunta foi nossa intenção com esta pergunta perceber quais foram as circunstâncias que deram origem à criação do Programa em estudo, e por outro lado, perceber quais as características específicas da zona de ação que foram tidas em consideração para a criação do Programa.

Deste modo é apresentado no quadro seguinte os aspetos fundamentais a realçar das respostas dos entrevistados, para responder aos objetivos pretendidos.

Quadro n.º 2: Respostas dos entrevistados à questão n.º1

Fonte: Autor

Resposta à Questão 1: “Tendo em conta que a GNR desenvolve vários programas dirigidos à prevenção de criminalidade, qual foi a justificação da criação deste Programa – Residência Segura? Pensa que as características específicas da Zona de Ação foram um potenciador para a criação do referido Programa?”	
1ª Parte da Questão: “Tendo em conta que a GNR desenvolve vários programas dirigidos à prevenção de criminalidade, qual foi a justificação da criação deste Programa – Residência Segura?”	
Entrevistado 1	“Combater de uma forma mais eficaz o elevado número de furtos/roubos que se faziam sentir neste tipo de habitações”, “fomentando o policiamento de proximidade e acima de tudo uma educação preventiva para este tipo de criminalidade”
Entrevistado 2	“A criação do Programa deveu-se a uma série de roubos violentos que aconteceram no final do ano de 2009, sobretudo, a residências de pessoas estrangeiras”; “houve a necessidade de criar um Programa baseado no policiamento de proximidade com a finalidade de estreitar laços entre os militares e os residentes das habitações isoladas, numa tentativa de recuperar o sentimento de segurança”.
Entrevistado 3	“Na tentativa da GNR dar uma resposta célere à prática de roubos em residências”.
Entrevistado 4	“Até a criação do Programa, verificava-se na zona do Algarve a ocorrência de roubos a residências isoladas habitadas por estrangeiros , como tal houve a necessidade da GNR dar uma resposta a esta situação.”.
Entrevistado 5	“O Programa surge como uma necessidade de resposta a uma onda de alarmismo no ano de 2009, despoletado pelo imediatismo social atinente aos vários roubos, com alguma violência, a residências localizadas em zonas de difícil acesso”; “encontrar uma resposta rápida para o sentimento de insegurança instalado entre os cidadãos”
Entrevistado 6	“Surge da necessidade de apresentar uma capacidade de resposta ao surgimento de situações violentas que se verificavam na zona do Algarve.”
2ª Parte da Questão: “Pensa que as características específicas da Zona de Ação foram um potenciador para a criação do referido Programa?”	
Entrevistado 1	“Presença de uma vasta comunidade estrangeira com habitação permanente, um elevado número de habitações sazonais, que na maior parte do ano se encontram desabitadas e um elevado número de habitações resididas principalmente por idosos. Estas últimas, geograficamente bastante isoladas”.
Entrevistado 2	“Notava-se assim, que o trabalho das patrulhas às ocorrências estava dificultado, porque estas casas não tinham qualquer tipo de referência que indicasse uma melhor localização”.
Entrevistado 3	“Devido há grande dispersão de habitações localizadas em áreas isoladas, muitas delas pertencentes a comunidades estrangeira e aparentando possuir elevado nível de luxo, tornaram-se então potenciais fatores de gerar roubos e furtos no seu interior”.
Entrevistado 4	“As características da zona de ação potenciaram a criação do Programa, devido a existir geograficamente zonas em que a construção de uma habitação nessa área a tornava isolada, por ser de difícil acesso, sem vizinhança e ficando longe do posto policial mais próximo”.
Entrevistado 5	“Dado que estes roubos se verificavam em zonas isoladas e difícil acesso, estas características tiveram peso na implementação e criação do Programa”.
Entrevistado 6	“visto que a comunidade estrangeira vê a zona de Albufeira como uma zona calma para habitar, opta por zonas isoladas para construir as residências. Com os acessos difíceis a este tipo de habitações o policiamento era complicado”.

Analisando a primeira parte da questão, verificamos que as respostas argumentam o Programa como uma necessidade para fazer face ao número de ocorrências de furto/roubos que no ano de 2009 aconteciam na zona do Algarve.

Os furtos/roubos incidiam sobre residências localizadas em zonas isoladas e de difícil acesso, o que comprometia o patrulhamento. Este problema foi potenciado pelo

imediatismo da comunicação social, de que resultou um clima de insegurança nos residentes locais.

Como resultado, houve a necessidade por parte da GNR de apresentar uma resposta policial para recuperar o sentimento de segurança.

Analisando as respostas à segunda parte da questão, constatamos que houve um conjunto de características próprias da Zona de Ação onde se verificavam os furtos/roubos a residência que devem ser referidas. Entre elas, o facto de as residências implicadas nas ocorrências comunicadas estarem localizadas, em regra, em zonas isoladas, de difícil acesso. Por outro lado, algumas das residências revelavam sinais exteriores de riqueza e estavam habitadas, apenas em períodos sazonais e os seus habitantes eram pessoas idosas de comunidades estrangeiras. Em aditamento, salientou-se a dificuldades de apresentar uma resposta rápida, por parte da GNR, pela falta de georreferenciação das habitações, que em muito complicava a prevenção criminal.

Questão nº.2 – Este Programa tem dado resposta ao aumento do sentimento de insegurança resultante dos vários assaltos (roubos e furtos a residências) perpetrados na área do Algarve?

Com esta questão e em termos de enquadramento procurou-se perceber se o Programa Residência Segura conseguiu reduzir o sentimento de insegurança resultante dos vários assaltados que se verificavam em residências no ano de 2009, na zona do Algarve.

Desta forma, são elencados na tabela seguinte, os vários aspetos, tidos em conta pelos entrevistados, que permitem responder ao objetivo da questão.

Quadro n.º 3: Resposta dos entrevistados à questão n.º2
Fonte: Autor

Resposta à Questão 2: “Este Programa tem dado resposta ao aumento do sentimento de insegurança resultante dos vários (roubos e furtos a residência) perpetrados na área do Algarve?”	
Entrevistado 1	“Veio ajudar a combater este tipo de criminalidade, tendo-se notado desde a sua implementação um decréscimo significativo”, “importante contributo para o aumento de segurança vivido pela população”.
Entrevistado 2	“É um Programa que embora simples e pela sua originalidade, conseguiu resolver um problema local. Levou assim a redução da criminalidade nesta zona, nomeadamente na criminalidade contra o património”.
Entrevistado 3	“Desde que ocorreu a implementação deste Programa, verificou-se que nenhuma das 260 residências que aderiram voltaram a ser alvo de furto ou roubo no seu interior”.
Entrevistado 4	“Contribuiu para o aumento do sentimento de segurança, na medida em que os delitos tenderam a diminuir.”; “Desde que se efetuou a implementação do Programa, não se voltou a verificar a ocorrência de roubos com recurso a violência extrema”.

Entrevistado 5	“ Houve uma boa adesão ao Programa e bons resultados. Por exemplo, as casas que estavam à venda deixaram de estar, não pelo facto de serem compradas por outras pessoas, mas porque as pessoas optaram por ficar”.
Entrevistado 6	“Dado que a taxa de criminalidade nesta zona apresentava um valor significativo de furtos e roubos em residências, verificou-se, com a implementação deste Programa, um decréscimo de ocorrências, praticamente imediato de aproximadamente 80% para 72%”.

Da nossa análise às respostas apresentadas, constatamos que o Programa conseguiu dar uma resposta ao sentimento de insegurança sentido entre os cidadãos visados, e de certa forma, obteve resultados imediatos a partir do momento que foi implantado. Esta ideia argumentativa do êxito do Programa baseia-se no facto dos residentes em zonas isoladas, terem decidido permanecer onde viviam e abandonarem a ideia de vender as habitações, comprovando só por si, um aumento do sentimento de segurança.

É importante salientar que com a criação deste Programa a Guarda reforçou a prevenção criminal e apresentou uma resposta a um problema policial, que efetivamente resultou no decréscimo do tipo de criminalidade em estudo.

Questão n.º3 – Como funciona em linhas gerais este Programa?

Com esta pergunta, tencionamos perceber como é que funcionou o Programa, perceber aquilo que foi tido em conta para que se tornasse eficaz na prevenção da criminalidade, com o fito de elencar as principais ideias que poderão ser rentabilizadas, caso sejam úteis, para outros programas na mesma zona ou eventualmente em outras zonas do país.

Como vem sendo característico na nossa metodologia na tabela seguinte elencamos os principais pontos característicos do Programa.

Quadro n.º 4: Resposta dos entrevistados à questão n.º3

Fonte: Autor

Resposta à Questão 3: “ Como funciona em linhas gerais este Programa?”	
Entrevistado 1	“Identificou-se o maior número de habitações que reuniam as condições para serem integradas no Programa, nomeadamente aquelas que estavam geograficamente isoladas”, “preenchendo uma ficha por residência, com vários dados, sobre o seu proprietário e as características da habitação e localização, que foi georreferenciada”, “Após todos os dados estarem recolhidos, os mesmos foram inseridos na base de dados(...) para que sempre que houvesse alguma ocorrência, de forma simples a informação carreada na base de dados estivesse disponível e por outro lado, de forma rápida se conseguisse chegar à mesma”.

Entrevistado 2	“Foi implantada uma equipa para trabalhar exclusivamente no Programa”; “é realizada uma reunião inicial em que se aborda os parâmetros que são exigidos aos aderentes”; “preenchida uma ficha individual para cada residência, que tem informações onde constam as medidas de segurança passiva e ativa afetas a essa residência”; “através das coordenadas de cada casa, foram criadas tabelas onde consta também a informação sobre a identificação do proprietário”; “foi disponibilizado um contacto telefónico direto (24h), que é exclusivo da equipa”; “A finalidade é tentar dar uma resposta célere”.
Entrevistado 3	“Difusão pela comunidade da existência do Programa”; “é preenchida uma ficha de adesão ao Programa, onde os dados recolhidos são tratados e inseridos na base de dados.”; “as residências, mediante a sua localização geográfica, vão ser alvo de prevenção das patrulhas orientadas por este Programa. Há apenas um aderente, por residência”.
Entrevistado 4	“É feito o carregamento em uma base de dados das informações dos aderentes ao Programa”; “no próprio local este possui uma placa que o referencia como aderente ao Programa”; “As equipas afetas ao Programa contêm um GPS que possui as coordenadas das casas aderentes, para que assim se possa direccionar para essas zonas um policiamento no âmbito da proximidade”.
Entrevistado 5	“Os interessados preenchem uma ficha de aderência ao Programa”; “Como a ficha é singular para cada residência, permite então atribuir um número específico a essa residência”; “Na própria residência é colocado o número resultante da ficha de aderência”; “É elaborada assim uma base de dados, onde consta a informação recolhida”; “Aos moradores é disponibilizado também um contato telefónico, da equipa afeta ao Programa, disponível 24h”; “É efetuado também patrulhamento de proximidade nas zonas onde se encontram as residências afetas ao Programa”.
Entrevistado 6	“A linha base deste Programa consiste essencialmente na proximidade”; “disponibilidade de 24h de contactar os militares”; “As equipas possuem também um GPS onde se encontram as coordenadas das habitações aderentes aos Programas”. “Este Programa permite também, que no terreno, haja um contato direto e pessoal entre os residentes e os militares, potenciando assim a recolha de informação que se poderá revelar útil para outras situações”.

Do transmitido pelos entrevistados verificamos que a adesão ao Programa exigia o preenchimento de uma ficha. Este documento era único para cada residência e contém parâmetros, que após preenchidos, permitem recolher informações sobre as medidas de segurança ativas e passivas afetas às residências visadas. O outro procedimento implantado foi a atribuição de um número para cada residência, que coincide com o número da ficha de aderência ao Programa.

Para além do exposto, foram registadas as coordenadas das residências e a informação resultante do preenchimento dos vários campos da ficha, para posterior inserção numa base de dados.

A informação recolhida concedia aos militares da GNR a possibilidade de terem todas as residências aderentes ao Programa georreferenciadas e ainda um leque de variáveis que permitia um bom apoio à decisão. Desta forma, no caso de se verificar alguma ocorrência, nas residências adstritas ao Programa, os militares de forma rápida, com o auxílio de um GPS disponibilizam o apoio necessário - 24 sob 24 horas.

A outra grande vantagem da base de dados era direcionar o patrulhamento de proximidade para as zonas onde se encontravam as residências, consideradas como mais vulneráveis, pela análise inicial.

Com a implementação de equipas específicas para realizar este tipo de patrulhamento houve um acercamento das populações visadas, que conheciam os militares implicados no serviço, foi disponibilizado um número de contacto direto para a Guarda (24 horas), fomentou-se as parcerias entre o Governo Civil e as autarquias e forma, inclusive adotadas um conjunto de medidas de segurança por parte dos civis.

Questão n.º4 – Que outras ações foram desenvolvidas para potenciar este tipo de Programas?

Com a questão pretendemos identificar as iniciativas que ajudaram na implementação e divulgação deste Programa.

Esta questão foi trabalhada, por forma a serem elencadas a título individual por parte de cada um dos entrevistados as ações desenvolvidas especificamente para incitar o Programa, como explana a tabela que se segue.

Quadro n.º 5: Resposta dos entrevistados à questão n.º4

Fonte: Autor

Resposta à Questão 4: “Que outras ações foram desenvolvidas para potenciar este tipo de Programas?”	
Entrevistado 1	“Programa informático que permite através de foto mapas aéreos, georreferenciar todas as habitações que pertencem ao Programa”.
Entrevistado 2	“Os próprios militares da GNR, através do policiamento de proximidade, vão dando alguns conselhos de segurança”; “criação de um sítio na internet, que possui informação pertinente do ponto de vista da prevenção criminal”; “é feita uma reunião, onde é feito um balanço anual do Programa”; “seminários de prevenção da criminalidade,”; “ações de divulgação”.
Entrevistado 3	“Distribuição de Panfletos à toda a comunidade”; “são feitas sessões de esclarecimentos”; “Plastrons e Ações de marketing”.
Entrevistado 4	“Efetuados seminários, a realização de panfletos e ações de sensibilização no âmbito do Programa.”.
Entrevistado 5	“Distribuição de folhetos em vários idiomas”; “criados interlocutores”; “ações de divulgação sobre o Programa, como seminário e palestras.”.
Entrevistado 6	“Seminários”; “Panfletos”; “ações de divulgação em espaços comerciais”.

Podemos perceber, pelas respostas apresentadas que, as ações adotadas pelos entrevistados foram baseadas sobretudo em ações de sensibilização, que visavam prevenir, divulgar o Programa e involucrar a comunidade.

No caso específico do entrevistado n.º 2 foram criados interlocutores, que funcionaram como representantes por parte dos aderentes, para que assim possível um canal de comunicação entre a GNR e os aderentes, de forma a facilitar a divulgação do funcionamento do Programa.

Como outras medidas que ajudaram a divulgar o programa salientou-se a criação de um sítio na internet que continha aspetos fundamentais para a prevenção criminal, como conselhos de segurança, contatos da GNR, indicação dos parceiros e que concedia a possibilidade de realizar queixas “*on-line*”.

Verificamos também, que se adotou medidas de divulgação, passando pela criação de panfletos.²²

Questão n.º5 – Quais as vantagens e desvantagens deste Programa?

Esta pergunta foi aplicada com o objetivo de identificar quais as potencialidades e vulnerabilidades do Programa, para que seja possível identificar um conjunto de medidas que visam minimizar as últimas.

Na tabela seguinte é apresentado, numa primeira parte, os principais trechos das respostas dos entrevistados que permitem identificar as vantagens. Subsequentemente, são mencionados os principais parâmetros, que nos levam a refletir sobre as desvantagens alocadas a este Programa.

Quadro n.º 6: Resposta dos entrevistados à questão n.º5

Fonte: Autor

Resposta à Questão 5: “Quais as vantagens e desvantagens deste Programa?”	
1ª Parte da Questão: Vantagens	
Entrevistado 1	“O policiamento de proximidade efetuado”; “O sentimento de segurança transmitido à população”; “A celeridade com que se dá resposta às ocorrências”;
Entrevistado 2	“Conseguiu-se reduzir o tempo de resposta em que atualmente são cerca de 10 a 15 minutos”; “conquistado o sentimento de segurança e a confiança das pessoas”; “recuperado a imagem da GNR e do Algarve”.
Entrevistado 3	“Aumento do sentimento de Segurança”; “Combate prático, tornando-se efetiva a prevenção criminal”; “Maior capacidade de resposta”; “O facto de ser estruturados por equipas efetivas, aumenta o sentimento de segurança, visto que os aderentes acabam por conhecer melhor os militares”.
Entrevistado 4	“Transmite uma boa imagem da GNR, resultante da proximidade dos militares com os habitantes”.
Entrevistado 5	“As pessoas tornam-se recetivas aos conselhos de segurança, o que as leva a divulgar o Programa.”; “Permite que se estabeleça uma proximidade entre a população e os cidadãos.”.
Entrevistado 6	“Maior proximidade às habitações isoladas”; “maior incremento do sentimento de segurança, uma maior recolha de informação de relevância policial.”.

²² Consultar Anexo G – Panfletos

2ª Parte da Questão: Desvantagens	
Entrevistado 1	“Dificuldade em alcançar algumas habitações”; “elevado número de habitações que necessitam de pertencer ao Programa”.
Entrevistado 2	“Grande responsabilidade perante os cidadãos, sendo que mal orientado poderá ter o efeito reverso”.
Entrevistado 3	“Se o Programa for muito divulgado, aumentará as habitações adstritas (...) reduzindo-se, desta forma, a capacidade de resposta”; “A viatura utilizada pelas equipas do Programa não é a mais adequada (...) não chega a determinadas áreas”.
Entrevistado 4	“O aumento elevado de residências implicadas no Programa fará com que a GNR deixe de ter uma capacidade de resposta”; “Exige um elevado conhecimento da área por parte dos militares afetos a este Programa”.
Entrevistado 5	“O facto de as equipas estarem afetas ao Programa leva a um consumo de meios materiais e humanos.”; “O elevado número de habitações que necessitam de pertencer ao Programa”.
Entrevistado 6	“O fato de ter equipas afetas ao Programa leva a um consumo de meios materiais e humanos, e o facto de o Programa não ter parâmetros que limitem a adesão ao Programa, poderá originar uma incapacidade de resposta por parte da GNR”.

Efetuada a análise da tabela, no que diz respeito as vantagens do Programa, podemos reter que foi tido em consideração pelos entrevistados n.º 1, 4, 5 e 6, que este tipo de serviço público permitiu uma proximidade entre a GNR e os cidadãos, contribuindo para uma boa imagem da GNR.

Como grande vantagem, é mencionado, pelos entrevistados n.º 1, 2, 3 e 6, que o Programa incrementou o sentimento de segurança e confiança dos cidadãos visados, no tipo de serviço da Guarda.

Já os entrevistados n.º 1, 2 e 3, referiram que o Programa teve como vantagem, através da informação recolhida, possibilitar à Guarda apresentar uma capacidade de resposta mais célere às eventuais ocorrências.

Foi salientado também, o facto deste Programa, se tornar prático na prevenção criminal, quer pela informação recolhida, quer pelo facto de as pessoas aderentes se tornarem mais recetivas aos conselhos de segurança dados pelos militares das equipas.

Como desvantagens do Programa os entrevistados indicaram: o elevado número de residências abrangidas, que pode levar a que a GNR deixe de ter uma capacidade de resposta. A verificar-se este efeito, contraria-se a finalidade do Programa.

A outra desvantagem identificada foi o facto de este Programa possuir equipas em regime de exclusividade, o que leva a um consumo de meios materiais e humanos, num cenário de falta de recursos humanos, praticamente em todas as Unidades.

Por fim, a outra desvantagem salientada foi a falta de viaturas adequadas para o Programa. Foi adiantado que a viatura utilizada para este tipo de serviço, não tem capacidade para chegar a certas zonas isoladas.

Para minimizar as desvantagens propomos o reforço de efetivos da Guarda para o Algarve, bem como a melhoria dos meios materiais adstritos ao Programa. Por outro lado, deve ser realizado um estudo de estado-maior, para identificar a partir de que número de habitações adstritas ao Programa, a Guarda deixa de ter capacidade de resposta, com os meios existentes.

Questão n.º6 – Que pertinência e a quem se dirige este Programa?

A finalidade desta questão é identificar os parâmetros da congruência do Programa e os visados. Com a tabela apresentada resumimos as respostas dos entrevistados.

Quadro n.º 7: Resposta dos entrevistados à questão n.º6

Fonte: Autor

Resposta à Questão 6: “Que pertinência e a quem se dirige este Programa?”	
1ª Parte da Questão: Que pertinência?	
Entrevistado 1	“É um contributo importante para a diminuição da criminalidade”.
Entrevistado 2	“Incute práticas de vigilância entre vizinhos”; “informações recolhida têm tido resultados ao nível da investigação criminal, levando à conclusão de alguns processos”.
Entrevistado 3	“Torna-se pertinente na medida em que apresenta uma capacidade de resposta aos ilícitos relacionados com os furtos e roubos no interior de residências”.
Entrevistado 4	“Permite ter um contacto entre a polícia e essas zonas através do patrulhamento efetuado pelas equipas do Programa”.
Entrevistado 5	“Recolha de informação sobre atividades suspeitas e encaminhamento para os serviços de investigação criminal”.
Entrevistado 6	“Torna-se pertinente dado que se pretende suprimir crimes de furto e roubo em residência, que são os mais praticados nesta zona de ação”.
2ª Parte da Questão: a quem se dirige este Programa?	
Entrevistado 1	“Habitações que apresentam um maior risco de serem alvo de furto/roubo, tanto pela localização como pelas pessoas que as habitam”.
Entrevistado 2	“A maior parte dos aderentes é de comunidade estrangeira. No entanto, o Programa é dirigido a todos”.
Entrevistado 3	“Toda a comunidade da ZA que este Destacamento abrange, quer nacional, quer estrangeira”.
Entrevistado 4	“Dirige-se a pessoas, que pela localização da sua habitação, se sintam mais vulneráveis, sendo também importante referir que todos os cidadãos referenciados na operação como seniores foram englobados no Programa”.
Entrevistado 5	“Este Programa dirige-se a todas as pessoas, que pelas circunstâncias onde têm localizado a sua habitação, em regra em zonas isoladas ou de difícil acesso, se sentem ameaçadas por poderem vir a ser vítimas de furto/ roubo”.
Entrevistado 6	“Dirigido sobretudo a pessoas, que pela zona onde possuem a sua residência, se sentem mais desprotegidas tendo desta forma um menor sentimento de segurança.”.

Por tudo o que foi exposto verificamos que os parâmetros que tornaram este Programa pertinente foram: necessidade de diminuir o tipo de criminalidade em estudo; envolvimento da comunidade “alvo” num Programa de segurança; melhoria do patrulhamento em áreas ditas vulneráveis; recolha permanente de informação que pode ser

aplicada, em respeito ao princípio da legalidade em prol da prevenção criminal, necessidade de melhorar o sentimento de segurança e parcerias com outras entidades.

Já quanto a quem foi dirigido o Programa, verificamos que no seio dos entrevistados foi referido que o Programa foi e é vocacionado para pessoas que residem no Algarve, em zonas isoladas e de difícil acesso, tornando-os, dessa forma, um alvo vulnerável na prática de furtos/roubo em residência. Os visados são essencialmente estrangeiros, no entanto, o Programa aplica-se, também, a cidadãos nacionais e a seniores.

Questão n.º7 – Como foram selecionadas as zonas de implementação deste Programa? Na sua área de responsabilidade quais as zonas em que se aplicam o Programa?

Nesta questão, numa primeira parte, pretendemos perceber o que foi tido em consideração quanto às características das zonas, para se implementar o Programa. O objetivo desta parte da questão, complementa-se numa segunda parte, ao se tentar saber/identificar as zonas onde foi implementado o Programa.

Em jeito de resumo das entrevistas, sistematizamos os conteúdos mais relevantes das respostas dos entrevistados, na seguinte tabela:

Quadro n.º 8: Resposta dos entrevistados à questão n.º 7

Fonte: Autor

Resposta à Questão 7: “Como foram selecionadas as zonas de implementação deste Programa? Na sua área de responsabilidade quais as zonas em que se aplicam o Programa?”	
1ª Parte da Questão: Como foram selecionadas as zonas de implementação deste Programa?	
Entrevistado 1	“Isolamento geográfico, se as residências visadas já foram ou não alvo de furto/roubo, se são habitações de veraneio, e pelo tipo de pessoas que as habitam”.
Entrevistado 2	“Visa povoações isoladas com muitas residências de difícil acesso, de difícil localização”.
Entrevistado 3	“Aponta sobretudo para zonas de residências isoladas que pelas características específicas e particularidades da zona as tornam vulneráveis para ocorrências de furtos/roubos”.
Entrevistado 4	“As zonas foram selecionadas mediante a apresentação de habitações em zonas de difícil acesso”.
Entrevistado 5	“As zonas que pelas características geográficas, a construção de uma residência a torna vulnerável”
Entrevistado 6	“A existência de habitações em zonas isoladas e de difícil acesso, longe de itinerários habituais do patrulhamento territorial.”.
2ª Parte da Questão: Na sua área de responsabilidade quais as zonas em que se aplicam o Programa?	
Entrevistado 1	“Área rural, onde está presente o PTer. de S. B. de Messines; área urbana, onde se insere o PTer. de Silves; área costeira, voltada para a vertente turística, onde se insere quase a totalidade do PTer. Lagoa”.
Entrevistado 2	“As áreas são selecionadas, pelo princípio de que devem ter num mínimo de 10 a 25 casas para uma questão de controlo e para que a informação possa chegar a essas pessoas”.
Entrevistado 3	“Dirigido para residências que se encontrem na periferia de zonas mais urbanizadas, sendo estas consideradas mais sensíveis”.
Entrevistado 4	“Áreas que se encontram na periferia da cidade da Tavira”.
Entrevistado 5	“Desenvolve ações de prevenção criminal, sobretudo, em zonas de periferia da cidade”.
Entrevistado 6	“Paderne, a Guia e Olhos d’Água”.

Pelos conteúdos transmitidos nas entrevistas e pela respetiva análise, dos destacados na tabela, percebemos que o Programa foi aplicado a áreas algarvias com residências construídas em zonas isoladas e de difícil acesso, o que só por si, as torna mais vulneráveis.

Podemos perceber, através da segunda parte que estrutura a tabela, que estas zonas se cingem, sobretudo, à periferia de zonas urbanizadas, das áreas à responsabilidade dos Postos Territoriais.

Questão n.º8 – Tendo em conta que este Programa, direciona meios humanos e materiais em regime de exclusividade, das Secções de Programas Especiais dos vários Destacamentos Territoriais, quais são então, no caso particular do Destacamento que comanda os meios e efetivos empenhados?

Com esta pergunta foi nosso intento perceber qual o efetivo dos vários Destacamentos dos entrevistados, afeto ao Programa Residência Segura.

Essa relação encontra-se elucidada na tabela subsequente.

Quadro n.º 9: Resposta dos entrevistados à questão n.º 8

Fonte: Autor

Resposta à Questão 8: “Tendo em conta que este Programa, direciona meios humanos e materiais em regime de exclusividade, das Secções de Programas Especiais dos vários Destacamentos, quais são então, no caso particular do Destacamento que comanda os meios e efetivos empenhados?”	
Entrevistado 1	“1 Cabo-Chefe, 1 Cabo, 1 Guarda Principal e um Guarda”; “Jeep Nissan Patrol 1 aparelho GPS”
Entrevistado 2	“A equipa é formalmente constituída por três elementos”; “Tem uma viatura ligeira afeta ao Programa”.
Entrevistado 3	“3 militares. Como meios Auto há adstrito uma viatura”.
Entrevistado 4	“2 militares, uma viaturas ligeira, e sempre que necessário solicita-se o apoio do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro, visto estes possuírem viaturas todo o terreno”.
Entrevistado 5	“Apenas um militar desta equipa tem competência específica em matérias do Programa”; “Relativamente às viaturas, para além da viatura da escola segura, está à disponibilidade do Programa a viatura do comandante, que pelas suas características todo o terreno se torna uma mais-valia”.
Entrevistado 6	“3 militares mais o Chefe da Secção dos Programas especiais que acumula funções com os restantes Programas.”; “Possuem uma viatura ligeira”.

Podemos perceber que no caso dos entrevistados n.º 2, n.º 3 e n.4, as equipas que integraram o Programa Residência Segura eram constituídas por 3 militares. No entanto, o efetivo era variável, de acordo com a especificidade da área em si e disponibilidade de meios humanos e materiais.

Relativamente ao entrevistado n.º 1, este disponibilizou para o Programa, um efetivo de 4 militares.

Relativamente ao entrevistado n.º4, as equipas do Destacamento eram e são constituídas por dois militares. Já o entrevistado n.º1 apenas possui 1 militar com competência específica sobre a matéria do Programa.

No caso do entrevistado n.º 6, este estruturou as suas equipas pela norma de 3 + 1. Destes, 3 estão afetos em exclusivo ao Programa, integrando, também, o Sargento responsável pela Secção dos Programas especiais, em acumulação de funções com os demais Programas.

Relativamente às viaturas, todos os entrevistados possuem uma viatura ligeira afeta ao Programa, sendo que no caso concreto do entrevistado n.1 esta viatura é do tipo todo o terreno. Para além desta viatura, o entrevistado n.º 4 considera uma mais-valia a capacidade de solicitar apoio ao Grupo de Intervenção Proteção e Socorros que dispõe de viaturas do tipo todo terreno.

No caso da equipa sobre o comando do entrevistado n.º 5, verificamos que a mesma empenha a viatura tipo todo terreno, que está distribuída ao comandante de Destacamento.

Questão n.º9 – Outro ponto que considera de interesse, para o âmbito da investigação em curso?

Em virtude de termos a ambição da informação recolhida ser uma mais-valia para outros Programas e porque consideramos que o tema em si, pode ser alvo de estudo para novas investigações consideramos relevante dar a oportunidade aos entrevistados para acrescentar algum ponto que considerem como pertinente.

São apresentados na seguinte tabela, alguns parâmetros que os entrevistados consideraram importante referir relativamente ao Programa Residência Segura.

Quadro n.º 10: Resposta dos entrevistados à questão n.º 9

Fonte: Autor

Resposta à Questão 9: “Outro ponto que considera de interesse, para o âmbito da investigação em curso?”	
Entrevistado 1	“a necessidade de sensibilizar as autarquias locais para a sua aplicação”.
Entrevistado 2	Nada a referir
Entrevistado 3	Nada a referir
Entrevistado 4	“Este Programa torna-se uma boa prática quando se encontra aplicado numa zona, que pelas suas características, justifica a sua implementação nas áreas residenciais de zonas de difícil acesso”.
Entrevistado 5	“há a necessidade de partilha de informação recolhida, entre este e a investigação criminal”.
Entrevistado 6	“Criação regras muito concretas para limitar o número de aderentes ao Programa”; “Estes parâmetros deveriam ter em conta os pareceres dos Comandantes de Destacamento onde o Programa está implementado”.

Da análise da tabela depreendemos que, para uma melhor implementação do Programa é necessário apelar à participação mais ativa de outros atores, como sejam as entidades administrativas. Por outro lado, a implementação do Programa exige um estudo rigoroso de cada uma das áreas assinaladas, para na ótica de rentabilização de meios, se evitar empenhar de forma desnecessária recursos humanos e materiais, que são escassos.

É útil fixar as condições de aderência ao Programa, por parte dos interessados, fundamentadas nos pareceres dos respetivos Comandantes de Destacamento.

Destacamos, por fim, o facto de ser indicado que o Programa não deve ser aplicado numa ótica isolada, uma vez que por exemplo, a informação recolhida nos patrulhamentos a estas áreas específicas pode e deve ser aplicada para rentabilizar a prevenção criminal.

Capítulo 7

Conclusões

7.1 Generalidades

Mediante o que foi exposto, quer no enquadramento teórico, quer na análise efetuada às entrevistas, é neste capítulo que se torna oportuno responder aos pressupostos orientadores da investigação.

É nossa convicção, que atingimos na íntegra os objetivos inicialmente estabelecidos, porquanto o tema estudado é de grande atualidade e importância e os conteúdos apresentados são didáticos e pedagógicos, na medida em que colocamos à disposição dos estudiosos das ciências policiais um estudo que para além de detalhar um tipo de estratégia policial, pela análise do Programa Residência Segurança, implantado na região do Algarve, sob a responsabilidade da GNR, pode dar orientações para futuras investigações e contribuir para melhorar outros programas do género ou para aperfeiçoar o estudado.

Para obter a resposta à pergunta de partida que direcionou a investigação, de acordo com a metodologia pré-definida, apresentamos as respostas às perguntas derivadas para determinar a veracidade das hipóteses.

7.2 Respostas às questões derivadas e verificação das hipóteses.

Em resposta, à Q.D. n.º 1 – **“A que pilar da estratégia de intervenção policial a GNR deu primazia para dar uma capacidade de resposta a este problema?”**, concluímos que, mediante os conteúdos apresentados no enquadramento teórico, as estratégias policiais se podem focar na comunidade, sendo este um dos cinco pilares estudados (a resposta, a comunidade, a ordem, a análise, e o indivíduo). A principal finalidade do tipo de estratégia centrada na comunidade é a de prevenção criminal, e onde os modelos de policiamento de proximidade ou comunitário são tidos como estratégias de intervenção policial e que pensamos ser a solução ajustada, ao caso de estudo.

Sendo a GNR uma Força de Segurança do Estado rege-se pelo princípio da transparência da Administração Pública, motivo pelo qual, de forma responsável divulga o plano de atividades. O estudo do documento permite-nos aplicar a doutrina, ao caso concreto do policiamento da Instituição, na zona do Algarve e, assim o compreender de forma mais lata. Nesta zona do país a Guarda deu ênfase ao policiamento de proximidade e da segurança comunitária, para fazer face ao incremento das ocorrências de furto e roubo em residências.

A ideia anterior foi confirmada pela análise das respostas dos entrevistados à primeira parte da questão n.º1, onde verificamos que a GNR, na área de responsabilidade do CTer de Faro – Dter Loulé, perante a constatação do aumento de furto e roubos em residências caracterizadas por sinais exteriores de riqueza, localizadas em zonas isoladas e de difícil acesso, e em regra habitadas por estrangeiros ou apenas em períodos sazonais, optou por dar primazia ao policiamento de proximidade, envolvendo a comunidade visada na implementação do Programa.

Esta opção foi materializada, em termos operacionais, com a criação e consolidação do Programa Residência Segura. Este caracteriza-se como o conjunto de medidas policiais que visam manter a paz social, quer através da visibilidade policial com equipas específicas, quer pela interação com o cidadão que deve ter uma participação ativa em contribuições que visam potenciar a prevenção criminal, que resulta num aumento do sentimento de segurança.

Quanto à prevenção e de acordo com o MAI, a mesma deve-se centrar na vigilância, informação, na visibilidade e na intervenção legal como fator de prevenção. Pelas respostas dos entrevistados verificamos que a resposta policial ao fenómeno criminal em estudo, se centrou nas quatro vertentes. As áreas com residências aderentes ao Programa passaram a ser mais vigiadas, a informação recolhida apoiou a decisão dos comandantes e foi utilizada para a investigação criminal, quer para a prevenção quer para a detenção dos agentes deste tipo de criminalidade. Por outro lado, a visibilidade policial nas áreas assinaladas aumentou e ao nível da intervenção legal, não foi necessário ajustar o regime legal em virtude deste tipo de crimes já estar tipificado no Código Penal. Contudo, houve empenhamento do MAI e do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (criação de equipas mistas de investigação) para que fossem adotadas medidas para debelar este tipo de criminalidade.

Os conteúdos desenvolvidos possibilitam, sem margem de dúvida, enquadrar o Programa como um modelo de policiamento de proximidade, com enfoque na comunidade,

dado que procura potenciar a prevenção, incrementar o sentimento de segurança e envolver a comunidade, aproximando-a da GNR.

Assim, é validada a H. n.º1 – **“No âmbito do enfoque estratégico na comunidade, a GNR deu primazia à adoção de modelos de policiamento de proximidade ou comunitário na prevenção de furtos e roubos em residência na zona do Algarve.”**

Atendendo agora à Q.D. n.º 2 – **“Quais as vantagens e desvantagens do Programa Residência Segura?”**, concluímos como principais **vantagens** do Programa a receptividade das pessoas afetadas e a “educação” dos mesmos em matérias de segurança, bem como a proximidade com os militares que têm a responsabilidade de garantir a segurança e prevenir a criminalidade e o aumento do sentimento de segurança. Alocado ao Programa, surgem também como parâmetros vantajosos, a sistematização dos dados, o planeamento específico, o apoio à decisão e sem margem de dúvidas, a boa imagem da instituição perante a comunidade e ainda, o abaixamento das taxas deste tipo de criminalidade.

O Programa foi considerado ao mais alto nível, como uma boa prática.

Justificamos as ideias anteriores pelas respostas dos entrevistados à questão n.º2, onde se verifica que foi referido que desde a implementação do Programa o número de ocorrências diminuiu. Concretamente na resposta do entrevistado n.º3, foi salientado que depois da implementação do Programa nenhuma das residências visadas voltou a ser alvo de furto ou roubo.

Pela análise das entrevistas constatamos que o sentimento de insegurança dos proprietários das residências visadas foi alterado. Pelo estudo das respostas constatamos que os proprietários depois de serem contactados pela Guarda e após perceberem a intenção institucional, para além de aderirem, deixaram de ter o propósito de vender as residências e abandonarem o Algarve, o que só por si, justifica um aumento do sentimento de segurança e uma proximidade com a instituição.

Como vantagem final, o facto da estrutura de comando da Guarda estar devidamente organizada, nos vários escalões, para enquadrar os Programas especiais, onde se inclui o Programa em estudo.

Contudo, podemos perceber que este Programa apresenta algumas **desvantagens**. O Programa, em si, é uma responsabilidade acrescida para a Guarda, perante a comunidade visada e os portugueses no geral. Não podemos esquecer que o Algarve é uma zona turística e o alarme social prejudica esta área estratégica, para Portugal. Qualquer má orientação do planeamento poderá ter o efeito reverso, demonstrando que a instituição não

assume uma capacidade de resposta, o que transmite uma imagem de ineficácia na prevenção deste tipo de delitos. Por outro lado, o Programa foi implantado não como uma iniciativa, mas como uma reação a um fenómeno criminal, o que em termos gerais pode ser alvo de críticas construtivas.

Identificamos ainda como desvantagem a possibilidade do aumento exponencial do número de residências aderentes ao Programa. Se esta hipótese se verificar, a GNR poderá perder a capacidade de resposta, pela escassez de meios humanos e materiais. No entanto, somos da opinião que a iniciativa não pode ser perdida e que uma Força de Segurança, como a Guarda, com cerca de 94% do território nacional à sua responsabilidade policial, não pode deixar-se surpreender porque tem o encargo de para cada fenómeno criminal apresentar uma resposta adequada, com o apoio das comunidades visadas. Por fim, consideramos como desvantagem o facto dos militares adstritos ao Programa terem de dominar o idioma inglês.

Quanto ao Programa em si verificamos que os efeitos pretendidos não estão planeados, segundo dados mensuráveis (exemplo: diminuição da taxa de criminalidade em 20%; aumento das ações de sensibilização da comunidade em 15%, etc). Desta forma, o progresso não pode ser avaliado, nem implementadas medidas de correção.

Assim, depois de identificadas as desvantagens do Programa, em termos de planeamento, pensamos ser dever institucional implantar medidas para que estas sejam minimizadas e sobretudo, alocar mais meios humanos e materiais para esta área policial. Como verificamos, foi referido por um dos entrevistados que a falta de viaturas todo-terreno dificulta o acesso a determinadas áreas.

Por tudo o que foi exposto, podemos verificar a confirmação da H. n.º 2 em que **“O Programa dissuade a consecução dos crimes de furto e roubo em residência.”**

Quanto à Q.D. n.º 3 – **“Qual é a importância e pertinência do Programa?”** Para a resposta a esta pergunta, começaríamos por caracterizar em termos de criminalidade o Algarve. Tendo em conta as especificidades da zona, da localização das residências e suas características próprias, bem como a dispersão das mesmas e segundo estudos realizados pela Guarda e MAI verificamos que no ano de 2012, aquele tipo de criminalidade representou cerca de 58,6 % de toda a criminalidade praticada, o que não deixa de ser relevante.

Do nosso estudo concluímos como grau de importância elevado o contributo do Programa para a diminuição da criminalidade, o aumento do sentimento de segurança e credibilidade institucional, e por pertinência a alteração da cultura de segurança através da

melhoria da capacidade de resposta institucional a este tipo de ocorrências e a proximidade com a comunidade visada.

Pela resposta do entrevistado n.º2 à questão n.º 2, e segundo uma perspetiva de Comandante de Destacamento, o Programa conseguiu resolver um problema local, que foi caracterizado pelo entrevistado n.º 5 aquando da resposta à primeira parte da questão n.º1, como de alarmismo despoletado pelo imediatismo social atinente aos vários furtos e roubos a residência que se verificaram em 2009, na zona do Algarve.

Também pela resposta do entrevistado n.º6 à primeira parte da questão n.º6, os furtos e roubos em residência é o tipo de criminalidade mais praticada na sua ZA.

Em termos da perceção dos entrevistados, sobre o facto do Programa se ajustar a toda a realidade criminal da zona de ação foi referido nas respostas apresentadas pelos entrevistados n.ºs 3 e 6 à primeira parte da pergunta n.º 6, que apenas se torna pertinente na prevenção de furtos e roubos em residência, dado que apenas contribui para a diminuição do número de ocorrências desta natureza. No entanto, a criminalidade no Algarve não se resume apenas a este tipo de ocorrências.

De acordo com os estudos já indicados os furtos e roubos a residências no Algarve, representam do total, 58.6% da criminalidade. As ideias expostas não permitem confirmar ou infirmar na totalidade a H. n.º3 - **“O Programa ajusta-se à realidade criminológica do Algarve”**, porquanto à restante criminalidade que não os furtos e roubos em residências, não foi possível ter a perceção da sua validade.

Assim, validamos parcialmente a H. n.º3 – o Programa ajusta-se especificamente aos furtos e roubos em residências.

Passando agora, à análise da 4ª e última Q.D. – **“Que meios de apoio à decisão são tidos em consideração no referido Programa”**, concluímos que, na adesão ao Programa, por parte dos cidadãos, é realizado o preenchimento de uma ficha onde constam informações relativas às residência²³, tais como as medidas de segurança ativas e passivas (prevenção situacional), assim como as coordenadas geográficas. Em complemento, os Destacamentos criaram as equipas permanentes específicas para este tipo de patrulhamento, referidas pela doutrina francesa como *ilotage*.

Depois de recolhida a informação pela ficha de adesão e opinião das equipas específicas, à residência é atribuído um número e os dados são carreados numa base de dados que se considera crucial, para efeitos de planeamento e rentabilização de meios.

²³ Consultar Anexo H – Ficha de Inscrição no programa.

O patrulhamento específico às residências assinaladas passou a ser mais planeado e orientado, integrando todos os esforços, mesmo o de outras valências, com as orientações dos comandantes.

Atribuída a missão às equipas, estas com a utilização de um GPS (todas as casas estão georreferenciadas) executam o patrulhamento preventivo devidamente planeado pelos respetivos comandos, para as áreas visadas (objetivos). Neste sentido, verificamos que o Programa acaba por ser um meio de apoio à decisão e constitui-se como um serviço integrado, porque a informação carreada para a base de dados pode ser canalizada, sempre que necessário, para as equipas de investigação criminal e por outro lado, as restantes valências da Guarda podem apoiar o patrulhamento específico, como acontece com o Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro, e as patrulhas às ocorrências dos postos territoriais, entre outras.

Neste sentido, confirmamos a 4ª e última H, onde refere que **“As residências, afetas a este Programa, estão georreferenciadas e catalogadas por zonas, que são tidas em consideração no empenhamento operacional dos meios.”**

Finalmente, respondemos à Q.P. – **“De que forma contribui a GNR, no ano de 2009, no âmbito da prevenção da criminalidade, para dar uma resposta aos vários furtos e roubos a residências perpetrados na zona do Algarve?”** É relevante verificar que no ano de 2009 se registaram uma série de furtos e roubos a residências, que com o mediatismo atribuído pela comunicação social²⁴, fez com que o próprio poder político local e nacional, bem como toda a comunidade algarvia exigissem uma resposta policial. Já Marcelo Caetano referia que uma das atribuições da polícia era evitar que se produzissem, ampliem ou generalizem os danos sociais, advenientes dos crimes.

De forma genérica o Algarve tem cerca de 4995 km², sendo Faro a sua capital e onde residem aproximadamente 451.006 habitantes (Censos 2011), sendo 52065 estrangeiros. O estudo incide sobre a área do Comando Territorial de Faro que engloba os seguintes Destacamentos Territoriais: Albufeira; Faro; Loulé; Portimão; Silves e Tavira.

A segurança sempre foi uma prioridade para a perceção humana, embora o conceito tenha evoluído no tempo. De acordo com a pirâmide de Abraham Maslow, verificamos que imediatamente a seguir às necessidades fisiológicas, surgem as necessidades da segurança.

Já quanto às estratégias e de acordo com a pirâmide de Beaufre, verificamos que a estratégia total é da responsabilidade do governo, a estratégia geral ao nível da segurança a

²⁴ Consultar recorte de imprensa em anexo 5.

cargo do MAI e as particulares uma obrigação das Forças, ou seja, no caso concreto, da GNR.

A Guarda através do seu comando operacional (Órgão Superior de Comando e Direção) tem a Direção de Operações, que dispõe da Divisão de Emprego Operacional que integra a Repartição de Programas Especiais e os Comandos Territoriais têm a Secção de Operações de Informações Treino e Relações Públicas que regulam o funcionamento de todos os Programas Especiais e policiamento de proximidade, onde se engloba o Programa de “Residência Segura”. Neste sentido, a Guarda tem a possibilidade de aos vários escalões, controlar e corrigir as medidas que não estão a produzir os efeitos desejados.

Pela atividade delituosa registada na área da GNR – Sobradinho da Alfeição – DTer Loulé, na zona do Algarve – no ano de 2009, a Instituição teve que reagir e apresentar uma resposta à comunidade, que pelos factos verificados se sentia cada vez mais insegura. Foi deste modo que foi estabelecida a estratégia particular da Instituição, onde se inclui o Programa em análise, com grande pendor preventivo e participação da comunidade.

A comunidade visada estabeleceu interlocutores com a Guarda e em conjunto implantaram-se um pacote de medidas, para debelar a criminalidade. Ao nível civil desenvolveram-se excelentes iniciativas, como por exemplo a iniciativa do Sr. David Thomas que criou o site www.safecommunityalgarve.com. Em 2010 o Programa na área do DTer Loulé foi avaliado através de um inquérito e os resultados em termos operacionais foram destacados por unanimidade pela população visada, como muito positivos. No mesmo ano, a Guarda através do Comandante do CO considerou o Programa como uma boa prática e inclusive foi apresentado por Portugal como candidatura ao “Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade”.

Resultante do que foi exposto no enquadramento teórico, verificamos que foi com base no pilar da comunidade que a Guarda definiu a estratégia de prevenção criminal mediante a adoção do policiamento de proximidade. Foi uma excelente iniciativa do DTer Loulé e que se estendeu a toda a zona de ação do CT Faro. O modelo regeu-se pelo princípio de que a Guarda e a comunidade deviam estreitar laços, para que a própria população visada fosse um elemento ativo na produção da própria segurança.

Assim, mediante uma estratégia de prevenção com enfoque no pilar estratégico da comunidade, surgiu o Programa “Residência Segura”. Este Programa foi planeado para debelar o tipo referido de atividade delituosa, aumentar o sentimento de segurança, e em nossa opinião, para potenciar a credibilidade da Guarda, numa zona do país onde o turismo é um vetor estratégico.

O argumento sólido que nos fez enquadrar o Programa como um modelo de policiamento de proximidade foi o facto de ter por finalidade o incremento do sentimento de segurança na comunidade através da proximidade com a GNR e visar a prevenção. Esta foi a forma adotada pela Guarda para responder a este fenómeno criminal e que está conforme com a indicação do Programa do atual governo – “incrementar a presença e a visibilidade das Forças de Segurança”, e com a Lei de Política Criminal – “planos de policiamento de proximidade – art.º 8.º).

O vetor da necessidade do policiamento de proximidade e segurança comunitária permanecem no Plano de Atividades da Guarda, para o ano 2013, o que só por si, justifica o seu relevo nas opções estratégicas institucionais.

7.3 Recomendações.

Como políticas públicas de segurança e em virtude de estas terem como principal objetivo identificar os problemas conectados com a segurança, propomos a legalização dos sistemas de videovigilância e autorização do governo para realizar um alistamento, com vista a reforçar os efetivos da zona em estudo, bem como um reforço do orçamento da Guarda, para aquisição de equipamentos e meios auto e verbas para implantar uma sala de operações no Comando Territorial de Faro que possibilite não só a georreferenciação de viaturas, como de casas que integram o Programa e a ligação dos alarmes das residências a este sistema de comando e controlo. Pensamos que esta sala favorecia a proatividade de atuação, permitia redefinir os giros, trabalhar de forma mais concreta os objetivos e possibilitava graficar em mapas digitais as ocorrências por crimes, modus operandi, horas/dias/meses e locais. O Programa do XIX Governo constitucional fala de reforçar e renovar os efetivos nas Forças de Segurança, significando que apenas basta implementar a intenção.

Consideramos as ideias anteriores como características da emergência de novas culturas de tomada de decisão, para os problemas policiais, que de certa forma permitem ao minuto, o redirecionamento das atividades de patrulhamento para as atividades exigidas, chave do sucesso do serviço policial e aproximação das comunidades.

Com a ideia de melhorar o Programa em si, de forma humilde, pugnamos para que sejam fixados objetivos tangíveis e estipulados efeitos mensuráveis, que permitam um

permanente controlo das ações no terreno e se alcance a situação final desejada – **PAZ SOCIAL**.

Por outro lado, pensamos que era útil que fosse adotado o mesmo inquérito de vitimização, aplicado na zona de ação do DTer Loulé nas áreas dos outros Destacamentos Territoriais do CT Faro, com a finalidade de objetivamente se realizar uma avaliação integral do Programa. Neste âmbito, julgamos que era útil realizar outro estudo, junto dos agentes destes tipos de crimes, para se entender das motivações, com a finalidade de se adotarem medidas sociais e de segurança que evitem a consolidação das mesmas. Assim, pensamos que a Guarda poderia realizar parcerias com Universidades e a Academia Militar, para estudar este ou outros fenómenos criminais ou focos potenciadores de problemas policiais.

Depois, pensamos que podem existir Programas especiais de segurança que se podem complementar. A título de exemplo, julgamos que o Programa Escola Segura poderia, junto das escolas realizar ações de sensibilização que tivessem efeitos positivos no Programa “Residência Segura”. De acordo com os conceitos teóricos desenvolvidos, estas ações enquadrar-se-iam na prevenção secundária e como terciária a intervenção das equipas especializadas nas comunidades afetadas.

Por fim, mas não menos importante, pensamos que a formação dos elementos que integram as equipas “ilotage” –, adstritas aos Programas especiais deve ser específica, para cada área de ação.

Bibliografia

Livros, manuais e artigos

Almeida, P. P. (2013). *Como tornar Portugal um País mais seguro?* Lisboa: Benomics.

Alves, A. C. (2008) *Em busca de uma sociologia da Policia*. Lisboa: Revista da GNR.

Alves, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Revista da GNR.

Alves, A. C (2011). *Contributos para uma sociologia da polícia*. Lisboa: Revista da GNR.

Anes, J. (2010). *Organizações Criminais: Uma Introdução ao Crime Organizado*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Copeto, R. (2011). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. Lisboa: *Revista Segurança e Defesa n°16*.

Gassin, R. (1972). *Equity in Criminal Procedure* São Paulo: *revista de Ciências Jurídicas*. Vol.9 – n.º 2 – Jul./Dez. 2008, ISSN 1518-168.

Cusson, M. (2002). *Criminologia*. Lisboa: Casa das Letras.

Dias, H. V. () *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Almedina.

Dias, J. e Andrade, M. C.(1992) *Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.

Durão, S. (2008). *Patrulha e Proximidade: Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Lisboa: Almedina.

Durão, S. e Darck, Marcio (2012). *Polícia, Segurança e Ordem Pública: Perspetivas Portuguesas e Brasileiras*. Lisboa: imprensa de Ciências Sociais.

Lara, A. et all (2013). *Caos Urbano*. Lisboa: Pactor

Caetano, M. (1994) *Manual de Direito Administrativo*, Vol. II, 10.^a Edição, 5.^a reimpressão, revista e actualizada pelo professor Doutor Diogo Freitas do Amaral. Coimbra: Livraria Almedina.

Ministério da Administração Interna. (1999). *Policimento de Proximidade Técnicas de Proximidade*. Lisboa: Gráfica Peres.

Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de Segurança e os modelos de policiamento e emergência do policiamento de proximidade*. Lisboa: Almedina.

Ramírez, A. (2005). *Estrategias Sociales de Policía*. Madrid: DYKINSON.

Saraiva, M. F. (2001). *Governasse: Um Caminho para a segurança Cooperativa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Trojanowicz, R. e Buquereaux, B. (1994). *Community Policing: how to get started*. 2ª edição. Cincinnati: Anderson Publishers

Livros online

Bayley. D. H (2002). *Padrões de Policiamento*. Retrived from [http://books.google.pt/books?id=NHMr-daVOmoC&pg=PA4&lpg=PA4&dq=BAYLEY,+David+H.+Padr%C3%B5es+de+Policiamento:+Uma++an%C3%A1lise+Internacional+Comparativa.+S%C3%A3o+Paulo:++Edusp,+2001.+\(S%C3%A9rie+Pol%C3%ADcia+e+Sociedade\)&source=bl&ots=KC_AlgQXjf&sig=m244iE1dRq5w5fAuZKBouB-9wj4&hl=pt-PT&sa=X&ei=9Q_IUbcNE6bH7AbB-oCYCw&ved=0CDIQ6AEwAQ#v=onepage&q=BAYLEY%20David%20H.%20Padr%C3%B5es%20de%20Policiamento%3A%20Uma%20%20an%C3%A1lise%20Internacional%20Comparativa.%20S%C3%A3o%20Paulo%3A%20%20Edusp%2C%202001.%20\(S%C3%A9rie%20Pol%C3%ADcia%20e%20Sociedade\)&f=false](http://books.google.pt/books?id=NHMr-daVOmoC&pg=PA4&lpg=PA4&dq=BAYLEY,+David+H.+Padr%C3%B5es+de+Policiamento:+Uma++an%C3%A1lise+Internacional+Comparativa.+S%C3%A3o+Paulo:++Edusp,+2001.+(S%C3%A9rie+Pol%C3%ADcia+e+Sociedade)&source=bl&ots=KC_AlgQXjf&sig=m244iE1dRq5w5fAuZKBouB-9wj4&hl=pt-PT&sa=X&ei=9Q_IUbcNE6bH7AbB-oCYCw&ved=0CDIQ6AEwAQ#v=onepage&q=BAYLEY%20David%20H.%20Padr%C3%B5es%20de%20Policiamento%3A%20Uma%20%20an%C3%A1lise%20Internacional%20Comparativa.%20S%C3%A3o%20Paulo%3A%20%20Edusp%2C%202001.%20(S%C3%A9rie%20Pol%C3%ADcia%20e%20Sociedade)&f=false)

Goldstein, H. (2003) *Policiando uma sociedade livre* Retrived from http://books.google.pt/books?id=zPYC6F4LjxEC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Jerome H. Sklonick & Bayley. D. H (2006) *Policiamento Comunitario*. Retrived from http://books.google.com.br/books?id=GUEXA-otYHwC&printsec=frontcover&dq=bibliogroup:%22Pol%C3%ADcia+e+sociedade%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=H1_IUbTcEdGA7Qb65IGgDA&ved=0CD0Q6AEwAg#v=onepage&q&f=false

Tonry, M. & Morris, (1992) *Policimento Moderno*. Retrived from http://books.google.com.br/books?id=kqI4haS2y-EC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Metodologia científica

- Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. (2ªEd.). Lisboa: Gradiva
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (3ª Ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Guerra, I.C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipe Editora, Lda.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada* (2ªEd.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios - segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

Tese e outros trabalhos

- Barradas, J. M. L (2011) *Policimento de Proximidade Vs Comunitário: Uma Abordagem Policial*. Lisboa: Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa
- Fonseca, F.J.S. (2010). *A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA INTERNA EM PORTUGAL, NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Inácio, C.I.C. (2010). *Políticas Públicas de Segurança - novo paradigma*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Silvério, P.J.A (2008). *A nova ordem e o empenhamento de forças no estado. O caso de Portugal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Silvério, P.J.A (2011). *Uso da Força, Teoria e Estratégia da Intervenção Policial*
Artigo não publicado.

Lisboa, M. et al, (2008). *Organização e Meio Envolvente: o caso do “Policiamento de proximidade”*. VI Congresso Português de Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.

Santos, P. (2013). *Residência Segura – Um Programa de Policiamento de Comunitário*. Artigo não publicado.

Documentos da Internet

Programa do XVI Governo Constitucional Português. Retirado: junho, 2, 2013 de:
<http://www.portugal.gov.pt/media/464054/GC16.pdf>

Programa do XIX Governo Constitucional Português. Retirado: junho, 2, 2013 de:
http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf

Silvério. P. J. A (n.d.) *Da ordem internacional, à evolução do conceito de segurança, até ao exercício da actividade de segurança interna*. Retirado: junho, 2, 2013 de:
<http://www.iesm.mdn.gov.pt/s/Cisdi/boletim/Artigos/1.%20Da%20Ordem%20internacional.pdf>

Sites Institucionais

GNR:

http://gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvvn5/241w_4r5vqr0pvn5rt74n,
acedido em 18 de janeiro de 2013

Safe Communities Algarve

<http://www.safecommunitiesalgarve.com/gnr/gnrinteractivemap.html>,
acedido em 1 junho de 2013

Diplomas Legais e Documentos Institucionais

Academia Militar (2011). Norma de Execução Permanente n.º 520/DE, de 30 de junho de 2011.

Assembleia da República, (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155, 4642-4686. Constituição da República Portuguesa (CRP) – sétima revisão constitucional.

Assembleia da República, (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 213, 8043-8051. Aprova a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR).

Assembleia da República, (2008). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 167, 6135-6141. Aprova a Lei de Segurança Interna (LSI).

Assembleia da República, (2009). Lei n.º 38/2009, de 20 de julho. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 138, 4533-4541. Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2009-2011, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio (Lei Quadro de Política Criminal).

Decreto-Lei nº126-B/2011, de 29 de dezembro. *Diário da República*, 1ª Série, nº249, 5516- (14) -5516- (20). Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei nº37/2008, de 5 de março. *Diário da República*, 1ª Série, nº46, 1382-1387. Ministério da Defesa Nacional.

Guarda Nacional Republicana (2011). Norma de Execução Permanente n.º 3.58/GNR/CO/DO, de 06 de abril de 2011.

Guarda Nacional Republicana (2013). Plano de Atividades 2013. Lisboa: GNR

Instituto Nacional de Estatísticas (2011) Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Algarve. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 242, 8845-8854.

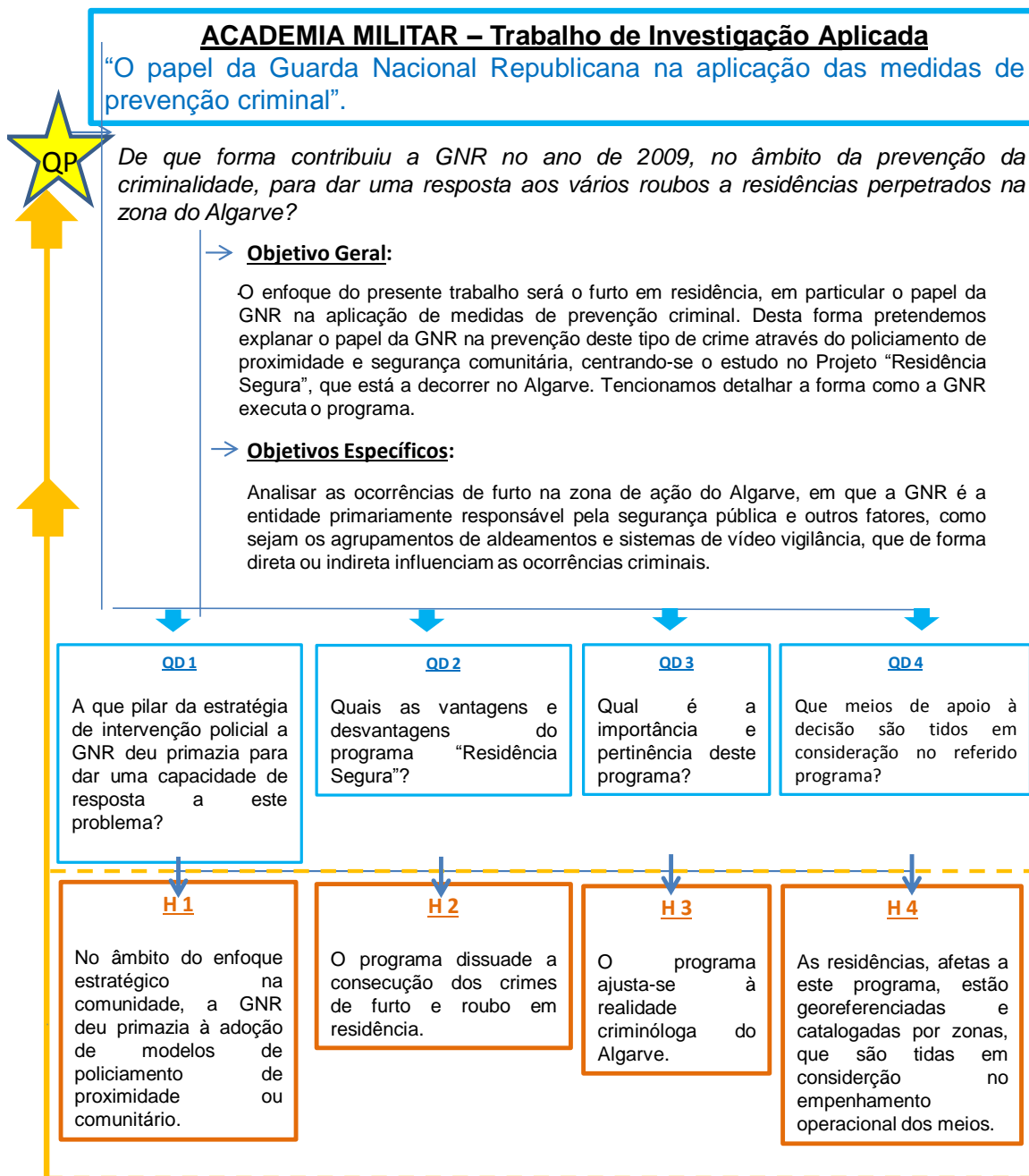
Sistema de Segurança Interna (2009). Relatório Anual de Segurança Interna de 2012 (RASI 2009). Lisboa: Ministério de Administração Interna.

Sistema de Segurança Interna (2012). Relatório Anual de Segurança Interna de 2012 (RASI 2012). Lisboa: Ministério de Administração Interna.

Apêndices

Apêndice A – Esquema metodológico da investigação

ESQUEMA METODOLÓGICO



Orientador – TCor. GNR/Infª Paulo Jorge Alves Silvério

Oficial tirocinante – Asp. GNR/Cavª Jorge Manuel Gomes Massano

Apêndice B – Capa do guião de entrevistas



ACADEMIA MILITAR

O papel da GNR na Aplicação de Medidas de Prevenção Criminal.

AUTOR:

Aspirante Aluno de GNR Cavalaria Jorge Daniel Gomes Massano

Orientador: Tenente-Coronel de GNR Infantaria Paulo Jorge Alves Silvério

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2013**

Apêndice C – Carta de apresentação

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Para a conclusão do curso de formação de Oficiais dos quadros permanentes da Guarda Nacional Republicana, ministrado na Academia Militar, é incumbido a todos os tirocinantes a realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), no qual decorre a realização da presente entrevista aos comandantes de Destacamento Territorial do Comando Territorial de Faro, da Guarda Nacional Republicana.

O presente TIA está subordinado ao tema “O papel da GNR na Aplicação de Medidas de Prevenção Criminal” e tem como objeto de estudo o Programa “Residência Segura”.

É com o propósito de ver elucidado este projeto acima mencionado, que dirijo-me a V. Ex.^a, tendo em conta o cargo que ocupa e o papel fundamental que tem inerente a este mesmo projeto.

Venho assim, por este meio, solicitar esta entrevista com o objetivo de recolher o máximo de informação possível sobre este mesmo tema em ordem de servir suporte para alcançar os objetivos propostos nesta investigação.

Na salvaguarda dos interesses de V. Ex.^a, antes de fazer a apresentação pública, se assim o pretender, colocarei à sua disposição a análise de conteúdo feita às suas respostas.

Agradecido pela sua colaboração,

Jorge Daniel Gomes Massano
Aspirante de Cavalaria/GNR

Apêndice D – Guião de entrevistas

1. Tendo em conta que a GNR desenvolve vários programas dirigidos a prevenção de criminalidade, qual foi a justificação da criação deste Programa – Residência Segura? Pensa que as características específicas da Zona de Ação foram um potenciador para a criação do referido programa?
2. Este Programa tem dado resposta ao aumento do sentimento de insegurança resultante dos vários assaltos (roubos e furtos a residências) perpetrados na área do Algarve?
3. Como funciona em linhas gerais este Programa?
4. Que outras ações foram desenvolvidas para potenciar este tipo de Programas?
5. Quais as vantagens e desvantagens deste Programa?
6. Que pertinência e a quem se dirige este Programa?
7. Como foram selecionadas as zonas de implementação deste Programa? Na sua área de responsabilidade quais as zonas em que se aplicam o programa?
8. Tendo em conta que este Programa, direciona meios humanos e materiais em regime de exclusividade, das Secções de Programas Especiais dos vários destacamentos, quais são então, no caso particular do Destacamento que comanda os meios e efetivos empenhados?
9. Outro ponto que considera de interesse, para o âmbito da investigação em curso?

Apêndice E – Resposta dos entrevistados ao guião de entrevistas

- 1. Tendo em conta que a GNR desenvolve vários programas dirigidos a prevenção de criminalidade, qual foi a justificação da criação deste Programa – Residência Segura? Pensa que as características específicas da Zona de Ação foram um potenciador para a criação do referido programa?**

Entrevistado 1: Em primeiro lugar, importa fazer uma sucinta explicação da área do DTer. Silves, por forma a clarificar as várias zonas pelo qual este é constituído.

De um modo geral, a zona de ação do DTer. Silves abrange os três tipos de zonas presentes no Algarve, ou seja, tem uma vasta área rural, onde está presente o PTer. de S. B. de Messines, que tem à sua responsabilidade as freguesias de S. B. de Messines e S. Marcos da Serra, esta última a fazer fronteira com o Alentejo. Tem uma área urbana, onde se insere o PTer. de Silves, com as freguesias de Silves, Algoz e Tunes, parte do PTer. de Armação de Pêra com a freguesia de Alcantarilha, e parte do PTer. Lagoa. Por fim tem uma vasta área costeira, voltada para a vertente turística, onde se insere quase a totalidade do PTer. Lagoa, com as freguesias de Porches, Ferragudo, Estômbar, Parchal e Lagoa, o PTer. de Armação de Pêra, com as freguesias de Armação de Pêra e Pêra, e o PTer. Carvoeiro, com a freguesia de Carvoeiro.

No total o DTer. Silves, tem uma área de 810Km² e uma população a rondar os 60.000 habitantes.

Uma das principais características, e que abrange a maior parte da zona de ação desta sub-unidade, é a presença de uma vasta comunidade estrangeira com habitação permanente, um elevado número de habitações sazonais, que na maior parte do ano se encontram desabitadas, e um elevado número de habitações resididas principalmente por idosos, estas últimas geograficamente bastante isoladas.

Perante este facto, e por modo a combater de uma forma mais eficaz o elevado número de furtos/roubos que se faziam sentir neste tipo de habitações, decidiu-se implementar o Programa Residência Segura, fomentando o policiamento de proximidade e acima de tudo uma educação preventiva para este tipo de criminalidade, levando a que as características específicas da zona de ação fossem um dos principais potenciadores para a criação do referido programa, conjugado com a necessidade urgente de combater a criminalidade violenta que se fazia sentir.

Entrevistado 2: A criação do programa deveu-se a uma serie de roubos violentos que aconteceram no final do ano 2009 sobre tudo a residenciais de pessoas estrangeiras, com dificuldade em se expressarem em português, em que o valor dessas residenciais aparentava ser de elevado valor, situadas em zonas no interior do concelho e de difícil acesso. Verificou-se que esta situação afetou seriamente o sentimento de segurança.

Notava-se assim, que o trabalho das patrulhas às ocorrências estava dificultado, porque para além de estas casas não terem qualquer tipo de referencia que desse uma melhor localização, as pessoas em situação de pânico, e dado que pouco ou nada falavam português, não conseguiam passar a informação da localização da residência.

Acrescido a este problema, verifica-se uma grande rotatividade do efetivo no destacamento, o que leva a que os militares levem tempo a conhecer a área, que já por si é bastante extensa.

Assim, como resposta a todas a estas situações, houve a necessidade de se criar um programa baseado no policiamento de proximidade e que estreita-se laços entre os militares e os residentes dessas habitações isoladas numa tentativa de recuperar o sentimento de segurança, projeto esse que se denominou de Residência Segura

Entrevistado 3: Relativamente às características da ZA do Destacamento Territorial de Portimão, esta encontra-se dividida por 3 freguesias, a de Portimão que tem competência partilhada entre a GNR e a PSP, a do Alvor e a de Mexilhoeira Grande, e devido há grande dispersão de habitações localizadas em áreas isoladas, muitas delas pertencentes a comunidades estrangeira e aparentando possuir elevado nível de luxo, tornaram-se então potenciais fatores de gerar roubos e furtos no seu interior.

Na tentativa da GNR dar uma resposta célere à prática destes ilícitos, surge então o programa residência segura.

Mesmo que na área de Portimão, a ZA deste destacamento seja na sua periferia, é nessa zona que se encontram as habitações isoladas, sendo assim justificado a criação e implementação do programa no Destacamento Territorial de Portimão, sendo este dirigido a essas habitações, abarcando hoje em dia, já cerca de 260

Entrevistado 4: Até a criação do programa, verificava-se na zona do Algarve a ocorrência de roubos a residências habitadas por estrangeiros em zonas isoladas, como tal houve a necessidade de a GNR dar uma resposta a esta situação.

Assim, começou-se a direcionar o patrulhamento para estas zonas através de equipas afetas exclusivamente a esta modalidade ação. Logo de início se sentiu a dificuldade em chegar aos locais, dado que as habitações, para além de se situarem em zonas de difícil acesso, os itinerários não estavam sinalizados nem as habitações referenciadas, o que levava a um auxílio tardio por parte dos militares da GNR. Desta forma começou-se a implementar a prática da georreferenciação das habitações, o que permitia assim através do auxílio do GPS chegar mais rapidamente ao local.

Foi solicitado também aos elementos das patrulhas que efetuassem um patrulhamentos de proximidade de forma a eles próprios se darem a conhecer aos habitantes dessas residências por forma a poderem criar uma empatia tornando-os assim recetivos aos conselhos dos militares.

Desta forma, as características da zona de ação potenciaram a criação do programa, devido a existir geograficamente zonas que a construção de uma habitação nessa área a torna isolada, por ser de difícil acesso, sem vizinhança e ficando longe do posto policial mais próximo.

Desta forma, a maneira como o programa esta pensado adapta-se à zona de ação deste destacamento.

Desta forma, este programa veio a dar uma resposta à má imagem publicitária que o Algarve estava a sofrer provocada pela grande pressão mediática dos crimes de roubo praticados.

Entrevistado 5: O programa surge como uma necessidade de resposta a uma onda de alarmismo no ano de 2009, despoletado pelo imediatismo social atinente aos vários roubos, com alguma violência, a residências localizadas em zonas de difícil acesso.

Era então necessário encontrar uma resposta rápida para o sentimento de insegurança instalado entre os cidadãos, tendo em conta que esta situação estava a levar a que muitos residentes colocassem as suas casas à venda.

Nasce então este programa, não do conhecimento profundo das técnicas de policiamento de proximidade ou policiamento comunitário, mas sim para dar uma resposta ao que se estava a viver.

Tornava-se necessário comunicar com os moradores, levando-os a ter um papel ativo na própria segurança, sendo que essa comunicação visava a que estes sentissem a GNR como uma força de segurança próxima.

Dado que estes roubos se verificavam em zonas isoladas e difícil acesso, estas características tiveram peso na implementação e criação do programa

Entrevistado 6: Este programa distingue-se dos outros programas, tendo em conta que surgiu da prática para a doutrina. Assim, este surge da necessidade de apresentar uma capacidade de resposta ao surgimento de situações violentas que se verifica na zona do Algarve.

Assim, houve a necessidade de criação de equipas para policiar a zona onde se verificavam o cometimento dos delitos, alocadas a estas equipas estavam a orientação da sua atuação para um policiamento específico, bem como a criação de mecanismos que aumentassem a eficácia da capacidade de resposta.

É desta forma que surgem assim as equipas afetas ao Programa Residência Segura.

As características da zona de ação deste destacamento foram também um fator a considerar na implementação do programa, visto que a comunidade estrangeira vê a zona de Albufeira como uma zona calma para habitar, tendo em vista zonas isoladas e com acessos difíceis para construírem a sua residência, o que não permite um policiamento frequente devido à dificuldade do acesso.

Assim verifica-se o aumento de habitantes em zonas isoladas, o que levou a GNR a produzir uma capacidade de resposta a eventuais atos ilícitos praticados nesta zona.

2. Este programa tem dado resposta ao aumento do sentimento de insegurança resultante dos vários assaltos (roubos e furtos a residências) perpetrados na área do Algarve?

Entrevistado 1: Este programa veio ajudar a combater este tipo de criminalidade, tendo-se notado desde a sua implementação um decréscimo significativo. Deu também, um importante contributo para o aumento do sentimento de segurança vivido pela população, que vê neste programa um excelente meio para se prevenir e evitar de ser alvo de furto/roubo, dando o programa, ainda excelente contributo na recolha de informação sobre atividades suspeitas que possa acontecer ao redor da sua habitação.

Entrevistado 2: Sim, para além de ter deixado uma excelente imagem perante a população do trabalho que a GNR desenvolve, é um programa que embora simples e pela

sua originalidade, conseguiu resolver um problema local. Levou assim a redução da criminalidade nesta zona, nomeadamente na criminalidade contra o património.

Entrevistado 3: Sim, desde que ocorreu a implementação deste programa, verificou-se que nenhuma das 260 residências que aderiram a programa voltou a ser alvo de furto ou roubo no seu interior.

Entrevistado 4: Sim, dado que contribuir para o aumento do sentimento de segurança, na medida em que os delitos tendem a diminuir.

Desde que se efetuou a implementação do programa, não se voltou a verificar a ocorrência de roubos com recurso a violência extrema

Entrevistado 5: Sim, e isso percebeu-se pelo facto de as casas que estavam colocadas à venda deixaram de estar, não pelo facto de serem compradas por outras pessoas, mas porque as pessoas optaram por ficar.

Dando assim a percepção que o sentimento de segurança estava de novo a ser restabelecido na sociedade

Entrevistado 6: Sim, dado que a taxa de criminalidade nesta zona apresenta muitos furtos e roubos em residências, verificou-se, com a implementação deste programa, um decréscimo na ordem dos 80% para aproximadamente os 72%, sobre tudo pela prevenção da ocorrência criminal mas também por se ter dado maior ênfase ao policiamento de proximidade

3. Como funciona em linhas gerais este programa?

Entrevistado 1: O objetivo principal do programa consiste, através do patrulhamento, ou da abordagem por parte da população, identificar o maior número possível de habitações que esteja em condições de pertencer ao programa, nomeadamente aquelas que estejam geograficamente isoladas, com difíceis acessos e que estão na maior parte do tempo desabitadas, por serem 2ª habitação, ou casa de férias.

Sempre que seja solicitado ao efetivo da RS ou aos militares, aquando do seu patrulhamento, identifiquem uma habitação nestas condições procuram de imediato inscrevê-la no programa, preenchendo uma ficha de residência, com vários dados, sobre o

seu proprietário e a habitação, um dos quais muito importante, que diz respeito à sua localização georreferencial.

Ao proprietário é entregue um cartão com o nº de residência, dos contatos da GNR de Silves, sendo-lhe explicado os procedimentos para melhorar a segurança da sua habitação. Após todos os dados estarem recolhidos, os mesmos são inseridos na base de dados da RS, que semanalmente é atualizada e disponibilizada ao Postos, para que sempre que haja alguma ocorrência, este possam confirmar a presença da habitação no programa e de uma forma mais célere chegar à mesma.

Entrevistado 2: Primariamente é constituída uma equipa que trabalha exclusivamente no programa, sendo esta equipa composta por elementos que já conhecem o terreno, pois já trabalham neste destacamento há vários anos, possuindo também conhecimentos de línguas estrangeiras. Esta equipa tem por objetivo dar a conhecer o programa, sendo que quando este programa surgiu o contato entre os militares e os cidadãos era quase feito porta a porta.

Com o crescente número de aderentes ao programa, houve a necessidade de se adaptar a forma de trabalhar, passando desta forma, o contato entre os militares do programa e os seus aderentes, a ser efetuado por reuniões periódicas. Sendo que nestas reuniões são abordados pontos alusivos as necessidades que possam surgir por parte dos aderentes.

Relativamente aos aderentes, quando estes numa fase inicial demonstram o seu interesse em integrar o programa, é feito uma reunião inicial em que se aborda os parâmetros que são exigidos aos aderentes por forma aumentar a eficácia do programa.

Seguidamente é preenchido uma ficha de residência singular para cada residência, que tem informações onde constam as medidas de segurança passiva e ativa afetas a essa residência, para que assim, se possa perceber qual a sua vulnerabilidade de modo a adaptar o patrulhamento realizado pelas equipas do programa.

Através das coordenadas de cada casa, são criadas tabelas, nas quais consta também a informação sobre a identificação do proprietário, o número da casa, que é atribuído sequencialmente, sendo de seguida afixado esse número na própria residência. Nos cruzamentos dos principais acessos existe também uma placa direcional e para além disso é disponibilizado 24h um contacto telefónico direto, que é exclusivo da equipa, sendo que este fica, preferencialmente, ao cargo de um elemento da equipa que tem bons conhecimentos de língua estrangeiras, havendo sempre uma resposta ao cidadão, seja por

parte da própria equipa indo à ocorrência, seja comunicando a outra patrulha que esteja próximo para ir à ocorrência. O objetivo será tentar dar uma resposta o mais célere possível à pessoa

Entrevistado 3: É feito uma difusão pela comunidade da existência do programa, sendo disponibilizados os contatos dos destacamentos e das equipas que o integram (no sítio da Internet da safe communities algarve) para que os interessados possam contactar quer via e-mail, quer pessoalmente com os próprios militares da GNR. Seguidamente é preenchida uma ficha de adesão ao programa, onde os dados recolhidos nessa ficha, singular para cada aderente, são tratados e inseridos na base de dados.

Desta forma, as residências, mediante a sua localização geográfica, vão ser alvo de prevenção das patrulhas orientadas por este programa.

Entrevistado 4: É feito o carregamento, numa base de dados, das informações dos aderentes ao programa, onde é georreferenciada a residência. No próprio local, esta possui uma placa referencial de aderência ao programa.

As equipas afetas ao programa contêm um GPS que possui as coordenadas das casas aderentes, para que se possa direccionar para essas zonas um policiamento no âmbito da proximidade.

Entrevistado 5: Os interessados preenchem uma ficha de aderência ao programa. Nessa ficha contem informação que permite apurar as vulnerabilidades das residências orientando desta forma o esforço do patrulhamento.

Como a ficha é singular para cada residência, permite então atribuir um número específico a cada residência.

É feito também o levantamento das coordenadas dessa residência, permitindo desse modo georreferencia-la.

Na própria residência é colocado o número resultante da ficha de aderência.

É elaborada uma base de dados, onde contem toda esta informação recolhida.

Aos moradores é disponibilizado também contacto telefónico da equipa, afeta ao programa, disponível 24h.

Há disponibilidade da equipa encontra-se também um GPS, contendo as coordenadas de todas as residências, permitindo assim uma resposta mais rápida às ocorrências que possam existir.

É efetuado também patrulhamento de proximidade nas zonas onde se encontram as residências afetas ao programa.

Entrevistado 6: A linha base deste programa consiste essencialmente na proximidade entre os aderentes ao programa e os militares que o compõem, devido a uma disponibilidade de 24h de contactar os militares, quer por telefone, afeto ao programa, quer por e-mail. Assim, permite às equipas deste programa, saber se as habitações estão ocupadas ou sem residentes, adotando desta forma, r varias modalidades de ação como o direcionamento do patrulhamento para áreas que estejam mais vulneráveis a serem alvo de furto.

As equipas possuem também um GPS onde se encontram as coordenadas das habitações aderentes aos programas, para uma resposta mais rápida, e assim mesmo que as equipas não possam prestar o serviço, este pode ser realizado pela patrulha às ocorrências escalada de serviço.

Este programa permite também, que no terreno, haja um contato direto e pessoal entre os residentes e os militares, potenciando assim a recolha de informação, que se poderá revelar útil para outras situações.

4. Que outras ações foram desenvolvidas para potenciar este tipo de programas?

Entrevistado 1: Em conjunto com a Câmara Municipal de Silves, foi desenvolvido um programa informático que permite através de foto mapas aéreos (género de Google Earth), georreferenciar todas as habitações que pertencem ao programa sendo inúmeras as funcionalidades do mesmo, entre as quais se destaca a diferenciação do tipo de habitação (permanente ou não), quando está ou não habitada, se já foi alvo de furto, etc. Outra grande vantagem é o planeamento operacional, nomeadamente quanto à elaboração dos giros, permitindo aos mesmo abranger o maior nº de casa. Com a Câmara Municipal de Lagoa está a ser desenvolvido um projeto idêntico.

Esta subunidade foi ainda agraciada com a doação de 04 aparelhos GPS, por parte de um residente pertencente ao programa, através do qual foi possível equipar todas a s viaturas das patrulhas às ocorrências dos Postos, com um aparelho GPS cada, permitindo

que as mesmas, quando tiverem de se deslocar a alguma habitação o possam fazer com as coordenadas da mesma, permitindo uma atuação mais célere.

Entrevistado 2: Os próprios militares da GNR, através do policiamento de proximidade, vão dando alguns conselhos de segurança, alertando as pessoas para algumas preocupações que deveriam ter para tornar a sua residência mais segura.

É desenvolvido também um trabalho conjunto com David Thomas, presidente da associação Safe Communities Algarve, o que levou à criação de um sítio na internet, que possui informação pertinente do ponto de vista da prevenção criminal, congregando também os contatos das várias Forças e Serviços de Segurança.

Todos os anos é feita uma reunião, onde se faz um balanço anual do programa, onde são mencionadas as ações que foram desenvolvidas. As pessoas aderentes ao programa estão presentes na reunião, sendo estes designados líderes da área, facilitando desta forma a passagem de informação.

São feitos também alguns seminários de prevenção da criminalidade, não só no concelho de Loulé mas em todo o Algarve, onde se dá conhecer o programa

São feitas também ações de divulgação junto de estabelecimentos comerciais, sendo estes os locais de maior concentração da população.

Entrevistado 3: Através da distribuição de Panfletos à toda a comunidade, e no caso dos estrangeiros interessados em aderir ao programa, são feitas sessões de esclarecimentos em parceria com David Thomas que ocupa o cargo de presidente da Associação Safe Communities Algarve, em que estas sessões são efetuados na Língua Inglesa de forma a facilitar o canal de comunicação.

Foram também efetuadas Plastrons e Ações de marketing no Super Mercado da Praia da luz, e futuramente será realizado este tipo de ação na Mexilhoeira Grande

Entrevistado 4: Foram efetuados seminários, realização de panfletos e ações de sensibilização no âmbito do programa.

Entrevistado 5: Existe a transmissão de conselhos de segurança através da distribuição de folhetos em vários idiomas.

Foram criados interlocutores, em que uma pessoa se torna representante dos moradores de uma determinada área, onde se encontram as residências aderentes.

São feitas também ações de divulgação sobre o programa, como seminário e palestras.

Entrevistado 6: São realizados frequentemente seminários conjuntos com a Safe Communities Algarve, palestras à comunidade da zona de ação aderente ao programa Residência Segura.

Todos os postos existentes deste destacamento, há panfletos a serem distribuídos pelos militares.

Futuramente vão se realizar ações de divulgação em espaços comerciais, visto estas zonas terem uma grande afluência de pessoas quer nacionais quer estrangeiros.

5. Quais as vantagens e desvantagens deste Programa?

Entrevistado 1: Vantagens: O policiamento de proximidade efetuado; O sentimento de segurança transmitido à população; A celeridade com que se dá resposta às ocorrências; O importante contributo para a diminuição da criminalidade.

Desvantagens: A dificuldade em alcançar algumas habitações; O elevado nº de habitações que necessitam de pertencer ao programa.

Entrevistado 2: Vantagens: Antes da criação deste programa houve situações em que as patrulhas demoraram uma a duas horas a chegar, ou nem sequer conseguiram localizar a residência. Com a criação deste programa conseguiu-se reduzir o tempo de resposta em que atualmente são cerca de 10 a 15 min.

Foi conquistado o sentimento de segurança e a confiança das pessoas, pois este Programa permite demonstrar grande humanismo por parte dos militares através de proximidade que existe.

Uma grande vantagem foi ter recuperado a imagem da GNR e do Algarve que estava a ficar seriamente manchada pelo imediatismo dos vários roubos que se estavam a verificar nesta zona.

Desvantagens: Este Programa acarreta consigo uma grande responsabilidade perante os cidadãos, sendo que mal orientado poderá ter o efeito reverso.

Entrevistado 3:

Vantagens: Aumento do sentimento de Segurança, Combate prático, tornando-se efetivo da prevenção criminal dos aderentes, Maior capacidade de resposta.

O facto de ser estruturado por equipas efetivas, aumenta o sentimento de segurança, visto que os aderentes acabam por conhecer melhor os militares, desenvolvendo assim um policiamento de proximidade. Verifica-se um clima de maior confiança dos aderentes para com os militares.

Desvantagens: O facto de o Destacamento ter muita rotatividade de efetivo, levando a que este seja constituído por muitos militares que não têm conhecimento da zona de ação abrangida por este

Se o programa for muito divulgado, poderá levar a um aumento substancial de habitações que não se justifique estarem englobadas no programa, pelo motivo de se situarem em zonas urbanizadas e que não apresentem potenciais fatores de sofrerem furtos ou roubos no seu interior, reduzindo-se desta forma, a capacidade de resposta.

A viatura utilizada pelas equipas do programa não se verificar a mais adequada, visto que não sendo esta uma viatura todo o terreno, não chega a determinadas áreas.

Entrevistado 4: Como desvantagem, surge o aumento elevado de residências que fará com que a GNR deixe de ter uma capacidade de resposta, existindo para tal a necessidade de aumentar o número de equipas ao programa, o que ira retirar efetivo aos postos territoriais.

Exige um elevado conhecimento da área por parte dos militares afetos a este programa.

Traz como vantagens o facto de dar uma boa imagem à GNR, resultante da proximidade dos militares com os habitantes.

Entrevistado 5: Vantagens: As pessoas tornam-se recetivas aos conselhos de segurança, o que vai potenciar a divulgação do processo.

Permite que se estabeleça uma proximidade entre a população e os cidadãos.

Permite a recolha de informação relevante para a investigação criminal

Desvantagens: O facto de as equipas estarem afetas ao programa, leva a um consumo de meios materiais e humanos.

O elevado nº de habitações de aderentes ao programa

Entrevistado 6: Como desvantagens temos o facto de ter equipas afetadas ao programa leva a um consumo de meios materiais e humanos, e o facto de o programa não ter parâmetros que limitem a sua adesão, que poderá dar uma incapacidade de resposta por parte da GNR.

Com vantagens, este programa permite uma maior proximidade a habitações isoladas levando a que se estabeleça uma maior empatia com os habitantes das residências afetadas ao programa.

Estabelece-se assim um clima de confiança entre os militares e os cidadãos, havendo um maior incremento do sentimento de segurança, bem como uma maior recolha de informação de relevância policial.

6. Que pertinência e a quem se dirige este Programa?

Entrevistado 1: O Programa dirige-se a toda a população, dando-se prioridade às habitações que apresentam um maior risco de serem alvo de furto/roubo, tanto pela localização como pelas pessoas que as habitam, contudo qualquer habitante pode solicitar que a sua habitação seja inscrita no programa.

Entrevistado 2: É bastante pertinente porque incute práticas de vigilância entre vizinhos, numa tentativa de levar as pessoas a preocuparem-se com as questões de segurança, tendo para isso, mais atenção a quem é que anda na área da sua residência.

O facto de se conhecerem uns aos outros, se houver a presença de pessoas ou viaturas estranhas, estas podem ser suspeitos de uma tentativa de furto ou roubo.

Nessas situações, elas comunicam-nos e nos procuramos dar um seguimento à ocorrência, em que algumas dessas informações prestadas têm tido resultados ao nível da investigação criminal, levando à conclusão de alguns processos.

A maior parte dos aderentes poderá ser de comunidade estrangeira, dado que esta zona apresenta muita comunidade estrangeira e até porque a comunidade estrangeira, no que diz respeito a este programa, se torna mais ativa a participar, porque um português conhece as pessoas e conhece a área, vive cá há muitos anos, tem apoio da família e dos amigos conhece se calhar até elementos da guarda, não ficando tão desprotegidos.

A comunidade estrangeira aderiu de forma empenhada a este programa porque tinha pouco apoio, porque não tinha as condições de integração na sociedade que tinham os

portugueses, e muitos deles nem sabiam como funcionava a GNR, participando por isso mais ativamente que os portugueses. Contudo, o programa é dirigido a todos

Entrevistado 3: Torna-se pertinente na medida em que apresenta uma capacidade de resposta aos ilícitos relacionados com os furtos e roubos no interior de residência, sendo dirigido a toda a comunidade da ZA que este Destacamento abrange, quer nacional, quer estrangeira

Entrevistado 4: A zona de Tavira apresenta uma elevada densidade populacional em zonas isoladas. Torna-se pertinente porque permite ter uma contato entre a guarda e essas zonas através do patrulhamento efetuado pelas equipas do programa.

Este programa dirige-se a pessoas, que pela localização da sua habitação, se sintam mais vulneráveis. É também importante referir que todos os cidadãos referenciados na operação senso sénior pertencente a esta zona de ação, foram englobados no programa

Entrevistado 5: Recolha de informação sobre atividades suspeitas e encaminhamento para os serviços de investigação criminal.

Permite dar um rosto à GNR, fazendo com que as pessoas confiem nos militares.

Potencia o sentimento de segurança entre as pessoas.

Este programa dirige-se a todas as pessoas, que pelas circunstâncias onde encontram a sua habitação, quer em zonas isoladas ou de difícil acesso, sentem uma latente ameaça de serem vítimas de roubo.

Entrevistado 6: Torna-se pertinente dado a que os crimes de furto e roubo em residência, a que este programa se propõe suprimir, são os mais praticados nesta zona de ação. É dirigido sobre tudo a pessoas, que pela zona onde possuem a sua residência, se sentem mais desprotegidas tendo desta forma um menor sentimento de segurança

7. Como foram selecionadas as zonas de implementação deste programa? Na sua área de responsabilidade quais as zonas em que se aplicam o programa?

Entrevistado 1: Foram selecionadas pelas características elencadas anteriormente: Isolamento geográfico, se já foram ou não alvo de furto/roubo, se são habitações de

veraneio, e pelo tipo de pessoas que as habitam, sendo prioritário as que são habitadas por idosos.

Entrevistado 2: O programa visa povoações isoladas com muitas residências de difícil acesso e difícil localização

Quando começamos o programa tínhamos duas áreas, a primeira área tinham cerca de 60 casas, e atualmente temos 30 áreas com aproximadamente 2300 casas

As áreas são selecionadas, pelo princípio de ter num mínimo de 10 a 25 casas, este critério serve para uma questão de controlo e para que a informação possa chegar a essas pessoas

Entrevistado 3: Visa sobre tudo zonas, que pelas suas características, a construção de uma residência nessa área vai tornar esta estrutura vulnerável a roubos ou furtos no seu interior, pelo que se torna uma residência isolada, sendo que uma capacidade de resposta a qualquer ocorrência que desta residência advenha se torna difícil.

Desta forma, na ZA deste destacamento, o programa tende a ser dirigido para residências quem se encontrem na periferia de zonas mais urbanizadas, sendo estas consideradas mais sensíveis.

Entrevistado 4: Estas zonas foram selecionadas mediante a apresentação de habitações em zonas de difícil acesso, por assim se tornarem um potencial alvo de cometimento de ato ilícito, como furto ou roubo.

Particularmente nesta ZA, essas áreas se encontram na periferia da cidade de Tavira, dado que esta cidade é de competência partilhada entre a GNR e PSP, é sobre tudo nestas áreas que a GNR desenvolve as suas ações

Entrevistado 5: Dado que a zona de Faro é de competência partilhada entre GNR e PSP, a GNR desenvolve ações de prevenção criminal, sobre tudo, em zonas de periferia da cidade.

Desta forma, é nessas zonas, que pelas suas características geográficas, a construção de uma residência a torna vulnerável

Entrevistado 6: As zonas de ação onde se aplicam a este programa são nomeadamente Paderne, a Guia e Olhos d'Água, onde se verificam a existência de

habitações em zonas isoladas e de difícil acesso, longe de habituais itinerários do patrulhamento territorial.

Podem também integrar o programa habitações localizadas em zonas não isoladas, mas sazonalmente desabitadas.

8. Tendo em conta que este programa, direciona meios humanos e materiais em regime de exclusividade, das Secções de Programas Especiais dos vários destacamentos, quais são então, no caso particular do destacamento que comanda os meios e efetivos empenhados?

Entrevistado 1: O efetivo do SPE do DTer. Silves, divide-se em 2 principais núcleos, o da Escola Segura, que se dedica exclusivamente a esse programa, e o da RS que acumula os restantes programas, nomeadamente o dos idosos em segurança e o comércio seguro. O efetivo da RS é no total 4 militares: 1 Cabo-Chefe, 1 Cabo, 1 Guarda Principal e eu Guarda, e têm uma viatura tipo Jeep Nissan Patrol como meio de transporte. Estão equipados com 1 aparelho GPS, para além de todo o material afeto ao patrulhamento. Efetuam 2 patrulhas diárias.

Entrevistado 2: A equipa é formalmente constituída por três elementos, que será a base da equipa, estando esta integrada dentro da secção de programas especiais.

Quando há a necessidade de empenhamento de maior efetivo, os outros elementos da secção também participam, dado que todos eles se encontram aptos a intervir no âmbito do programa.

Tem uma viatura ligeira afeta ao programa

Entrevistado 3:

Quantos aos meios humanos, existe uma equipa constituída por 3 militares, em que dois encontram-se na classe de cabos. Está presente também, uma militar do sexo feminino.

A nível de viaturas existe uma, que simultaneamente é utilizada pelo programa Escola Segura, em períodos alternados com o programa residência segura.

Entrevistado 4: Para este programa, estão afetos 2 militares dos 4 da secção de programas especiais, utilizando uma viaturas ligeira, sendo que por vezes é exercido uma

ação conjunta com o Grupo de Intervenção Proteção e Socorro, visto a estes possuírem viaturas todo o terreno, possibilitando assim a alcance de zonas de difícil acesso.

Entrevistado 5: É constituída por 5 militares da Secção de Programas Especiais, em que na chefia se encontra um Sargento-ajudante. Contudo, apenas um militar desta equipa tem competência específica em matérias do programa.

Relativamente às viaturas, para além da viatura da escola segura, está a disponibilidade do programa a viatura do comandante, que pelas suas características todo o terreno se torna uma mais-valia.

Entrevistado 6: Constituem as equipas Residência Segura, 3 militares mais o Chefe da Secção dos programas especiais que acumula funções com os restantes programas.

Foi feita a proposta para este programa integrar mais 1 militar. Relativamente às viaturas, é utilizada a viatura da Escola Segura.

9. Outro ponto que considera de interesse, para o âmbito da investigação em curso?

Entrevistado 1: A necessidade de aplicar o presente programa a todo o território nacional, a necessidade de sensibilizar as autarquias locais para a sua aplicação, e o importante papel que estas podem ter cumprimento do mesmo.

Entrevistado 2: Nada a referir

Entrevistado 3: Nada a referir

Entrevistado 4: Este programa torna-se uma boa prática quando se encontra aplicado numa zona, que pelas suas características, justifica a sua implementação, tal como a existência de residências em zonas de difícil acesso

Entrevistado 5: Para que se possa obter uma melhor eficácia quer do programa, quer da investigação criminal, é necessário que este programa não funcione de forma isolada.

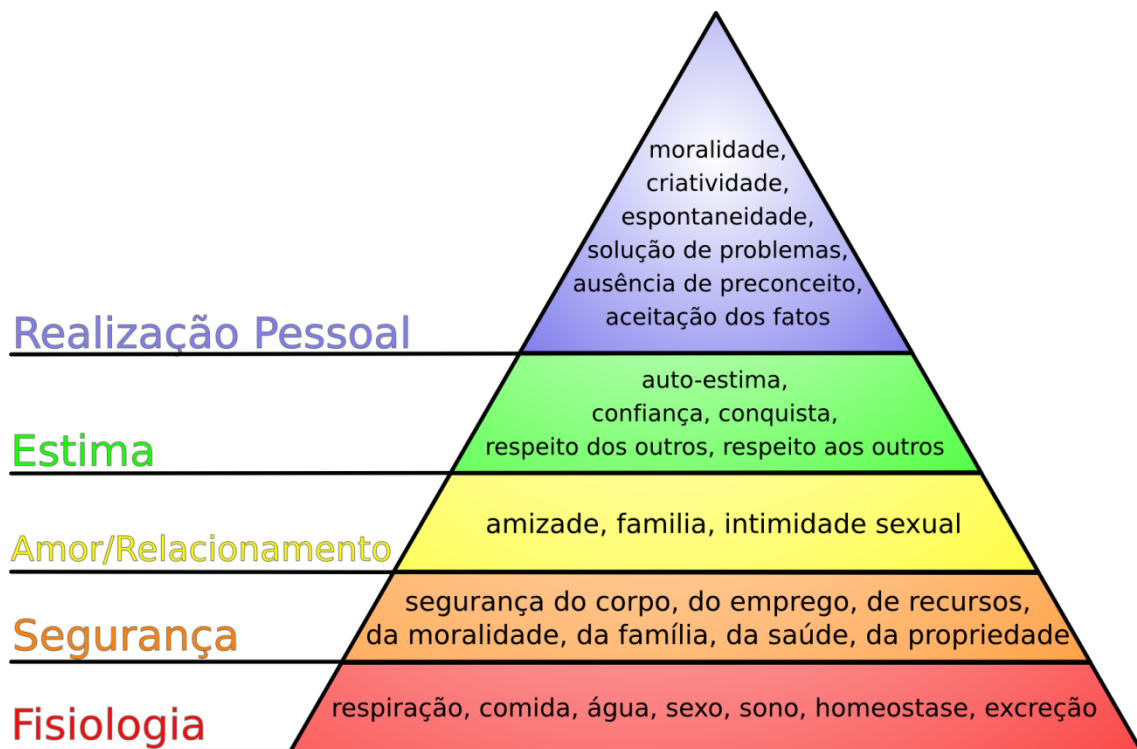
Desta forma, há a necessidade de partilha de informação recolhida, entre este e a investigação criminal.

Entrevistado 6: Criação regras muito concretas para limitar o número de aderentes ao programa, sob pena de o volume de aderentes ser elevado levando a que as equipas deixem de dar uma resposta, descredibilizando o programa.

Estes parâmetros deveriam ter em conta os pareceres dos Comandantes de Destacamento onde o programa está implementado, devido a estes possuírem uma maior perceção da zona de ação.

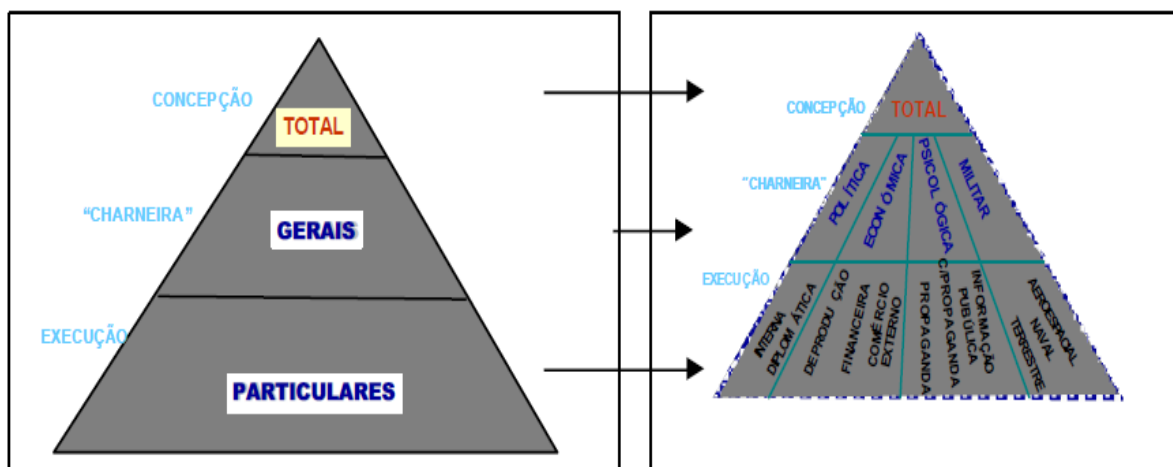
Anexos

Anexo A – Pirâmide de Abraham Maslow, Hierarquia das Necessidades



Fonte: Adaptado de Almeida (2010, p.2)

Anexo B – Pirâmide de Beaufre



Fonte: retirado de Silvério (2011, p. 6)

Anexo C – Estratégias policiais de redução criminal

Estratégia	Hipótese	Resultado
Aumentar os efetivos policiais	Mais policia, menos crimes	Impacto indeterminado
Incrementar o patrulhamento aleatório.	Mais patrulhamento visível, evita a prática criminal na via pública	Ineficaz
Aumentar as detenções	Mais delinquentes são detidos, menos criminalidade se regista	Eficaz para certos crimes, contraproducente no desvio de menores.
Assegurar a resposta pronta ao pedido urgente	Quanto mais curto o trajeto entre o local de posicionamento dos meios policiais e o lugar do crime menos criminalidade se regista	Inconclusivo, embora se registre um impacto positivo marginal na resolução de furtos.
Sinalizar os crimes mais graves	Quanto maior a taxa de detenção de delinquentes habituais e violentos, menor a taxa de criminalidade se regista.	Impacto assinalável, salvo a menor eficácia no mercado da droga
Afetar o patrulhamento a certos locais e tempos.	Quanto mais as patrulhas se encontram nos locais e tempos de maior atividade criminal, menor é a criminalidade registada nesses locais e momentos	Eficaz, para regular os problemas locais de segurança, porém, induz à deslocalização da prática criminal
Reforçar a colaboração entre diferentes organismos.	Prevenção da criminalidade pela polícia depende do trabalho de parceria com outros atores, em especial as autarquias locais.	Positivo e útil.
Ação policial adaptada aos problemas a resolver	Se a policia identificar certas práticas específicas de criminalidade, pode aplicar as melhores soluções para reduzir os atos criminosos.	Testado positivamente em pequena escala, resta fazê-lo em escala maior.

Fonte: Ferret (2003, cit in Almeida 2013, p.48). Simplificado e adaptado.

Anexo D – Programa Residência Segura

Projeto no âmbito do Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, iniciado em 2009, em resposta a um aumento do sentimento de insegurança, provocado pela ocorrência de vários roubos com violência a residências, localizadas em zona de difícil acesso no concelho de Loulé. O projeto direciona meios humanos e materiais em regime de exclusividade, da Secção de Programas Especiais do DTerLoulé, do CTerFaro, com o objetivo de prevenir a criminalidade contra as comunidades, maioritariamente estrangeiras, residentes em locais isolados.

Os procedimentos adotados passam pela georreferenciação de todas as residências isoladas, para uma melhor localização em caso de ocorrência, permitindo desse modo direcionar o patrulhamento de proximidade com auxílio de equipamentos de GPS. Como outras medidas foram elaborado folhetos em português e inglês com conselhos de segurança e disponibilizado o contacto telefónico da Equipa Residência Segura. Integram o Programa como parceiros o Governo Civil de Faro que forneceu os GPS e os PDA e a Câmara Municipal de Loulé que atribuiu uma equipa de apoio psicológico.

Em Junho por despacho do Exm^o Tenente General Comandante Operacional o Programa “Residência Segura” foi considerado como boa prática, tendo sido divulgado pelo dispositivo da GNR e posteriormente foi escolhido pela DGAI como o representante nacional na qualidade de candidatura para o Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade, tendo como tema este ano - Por uma Casa Segura, numa Comunidade mais Segura, através da Prevenção, do Policiamento e da Reinserção.



Fonte: GNR. (2013). *Programa "Residência Segura"*. Retirado: março, 15, 2013, de http://gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvnv5/241w_4r5vqr0pvn5rt74n

Anexo E – Informações disponíveis no site da Safe Communities Algarve

(www.safecommunitiesalgarve.com)




Portugal's only registered non-profit crime prevention association providing dedicated information and support services to the community

Home	Crime Prevention Advice & Downloads	My GNR	Safe Residence Program	Safe Services Guide	Links	On-Line Crime Report	Contacts & Registration
------	-------------------------------------	--------	------------------------	---------------------	-------	----------------------	-------------------------

[News Today and Events](#)
[Kiss FM Crimecheck](#)

[Interactive GNR Contact Details \(click logo\)](#)







Portugal's only registered non-profit crime prevention association providing dedicated information and support services to the community

Home	Crime Prevention Advice & Downloads	My GNR	Safe Residence Program	Donors	Links	On-Line Crime Report	Contacts & Registration
------	-------------------------------------	---------------	------------------------	--------	-------	----------------------	-------------------------


"My GNR" is an initiative between the **Guarda Nacional Republicana (GNR)** and **Safe Communities Algarve** to provide you with easily accessible crime prevention information relevant to the area where you live.

Its aim is to further enhance police/community cooperation and therefore help you and the police keep your local area a safe place to live and visit. By clicking on the area where you live on the interactive map below will provide you with:

- Details of the Programa Residência Segura (Safe Residence Program), including its objectives, method of operation and GNR contacts
- "Eyes and Ears" – How to watch out for and report suspicious activities in your area, with dedicated one click direct email link to the GNR
- Contact information and details of your nearest GNR station, with maps
- Downloads of local crime prevention advice and GNR news of events and other information.
- Area covered - some facts and figures about your area
- Pro-active GNR law enforcement page – good arrests

[Interactive Map](#)

Copyright © 2012 Safe Communities Algarve All Rights Reserved

Anexo E – Informação disponível no site da Safe Communities Algarve




The Algarve's only on-line community information and support service dedicated to crime prevention

[Início](#)
[Conselhos e Prevenção de Crime e downloads](#)
[My GNR](#)
[Programa Residência Segura](#)
[Patrocinadores](#)
[Ligações](#)
[Denúncia de Crime online](#)
[Contactos e Registo](#)

Noticias e Eventos

Verificação de Crime na KissFM

Fotos

Pessoas Desaparecidas

Segurança Pública contactos

Conselhos sobre a Prevenção de Crime

Esta página destina-se a mantê-lo atualizado com os mais recentes desenvolvimentos relativos à prevenção da criminalidade no Algarve. Esta inclui informação criteriosamente seleccionada, disponibilizada por várias entidades para ler e efetuar downloads. Basta clicar sobre o título no topo de cada coluna permitindo cada um dos downloads.

SCA Crime Prevention	GNR	PSP	Ministry of Internal Administration	Others
<ul style="list-style-type: none"> Tourism crime Choosing an alarm Advice for motorists Security of property Rural crime Violent robberies Dealing with intruders Neighbourhood watch Phishing attacks Crime analysis 2011 Beach crime Reporting crime and suspicious activities 	<ul style="list-style-type: none"> GNR contacts list Household crime Use of ATM machines Home security precautions Recognizing suspicious activities 	<ul style="list-style-type: none"> General crime prevention information 	<ul style="list-style-type: none"> National Crime prevention strategy Annual crime statistics 2011 	<ul style="list-style-type: none"> Municipal police Night Guard service Unoccupied properties Olympic Games 2012

Contacts:
 e-mail: SCA
 +351 913045093

Anexo F – Recorte de Imprensa

“Correio da Manhã” de 2 de Novembro de 2009

Roubam e violam idosa de 77 anos

■ Quatro homens encapuzados sequestraram, roubaram e espancaram o casal estrangeiro à chegada a casa. Depois levaram a mulher para um quarto

Fonte: Santos (2013, Anexo A)

“Correio da Manhã” de 3 de Novembro de 2009

“A minha mulher já não dorme cá”

■ Depois de sequestrado, espancado, roubado, e de a mulher ter sido violada, aos 77 anos, suíço diz ao CM que vai vender casa e deixar o Algarve

Fonte: Santos (2013, Anexo A)

“Correio da Manhã” de 4 de Novembro de 2009

Há cerca de três semanas, quatro encapuzados entraram nesta moradia e amarraram mulher de construtor civil algarvio com fita adesiva

Gang de Leste faz mais duas vítimas

■ Semanas antes do ataque violento ao casal suíço, com violação de idosa, gang sequestrou inglesa e mulher de construtor para roubar dinheiro e jóias

Fonte: Santos (2013, Anexo A)

“Correio da Manhã” de 5 de Novembro de 2009

Loulé: Roubos violentos dentro de moradias de luxo

“Foi um filme de terror”

Foram momentos dignos de “um filme de terror” os que Maria (nome fictício) viveu quando quatro homens, de cara tapada e luvas, entraram na sua moradia, em Loulé, para roubar.



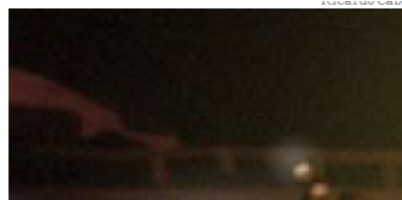
Fonte: Santos (2013, Anexo A)

“Correio da Manhã” de 11 de Dezembro de 2009

Algarve

Ataque violento a casal alemão

Quatro assaltantes sequestraram marido e mulher na sua vivenda em Loulé.



Fonte: Santos (2013, Anexo A)

“Correio da Manhã” de 22 de Dezembro de 2009

CRIME ■ MEDO LEVA ESTRANGEIROS NA REFORMA A PENSAR DEIXAR PORTUGAL

Casal suíço foi espancado na sua vivenda do Algarve

Fonte: Santos (2013, Anexo A)

“Correio da Manhã” de 11 de Janeiro de 2010

Algarve: Novo assalto violento a família estrangeira residente em Loulé

Ataque a ingleses com bastões e gás

Casal britânico preparava-se para jantar, com dois filhos menores, quando quatro ladrões invadiram a moradia pela janela. Sequestro durou uma hora.



Fonte: Santos (2013, Anexo A)

Anexo G - Panfleto do Programa Residência Segura

GNR 282 420 750
rsdterportimao@hotmail.com

**Se notar algo estranho,
tente fixar os seguintes detalhes
para informar as forças policiais!**

PESSOAS: Idade, Altura,
Sexo, Étnia, Cor dos olhos,
Bigode, Barba,
Óculos, Tatuagens,
Sinais, Piercings, Roupas,
e Deficiências.

VEÍCULO: Número de matrícula,
Tipo, Modelo, Cor,
Direção que seguia e
Número de ocupantes.



PROGRAMA RESIDÊNCIA SEGURA
DICAS PARA EVITAR FURTOS/ROUBOS



GNR 282 420 750
rsdterportimao@hotmail.com

2013
PORTIMÃO



RESIDÊNCIA
[] []
LATITUDE [] [] [] [] N
LONGITUDE [] [] [] [] W

EMPRESA
Cabo: Miguel Ramos
Cabo: Manuel Teixeira
Guarda: Carla Figueiredo



ORGANIZAÇÃO
Associação de Segurança
Residência Segura (ASRS) - Associação
de Segurança Residência Segura





Portimão
Câmara Municipal



SUPORTE
Comunidade e Polícia
Municipal de Portimão

Conselhos para evitar furtos

- Em casa mantenha as portas e janelas fechadas, reforce a iluminação da sua residência e se possível coloque cercas e grades.
- Se estiver sozinho em casa não deixe que se apercebam, faça como se estivesse acompanhado por familiares ou amigos e ligue-lhes.
- Tenha sempre os número de telefone em local acessível para poder entrar em contato com alguém, principalmente com a GNR local (282 420 750) ou o 112.
- Quando deixar a sua casa durante vários dias, informe a GNR (rsdterportimao@hotmail.com).

GNR 282 420 750
rsdterportimao@hotmail.com





- Se durante a noite/dia, alguém bater à sua porta, não abra imediatamente, pergunte sempre primeiro quem é e qual é o assunto.
- Se você ouvir um disparo de arma de fogo ou barulhos estranhos lá fora, informe imediatamente a GNR local (282 420 750) ou o 112, não saia para o exterior.
- Durante a noite/dia, se alguém lhe bater à sua porta a pedir doações para alguma coisa, ou instituição, verifique sempre o nome dos técnicos e solicite as respectivas credenciais.
- Se se sentir observado por um estranho, deve informar imediatamente a GNR (rsdterportimao@hotmail.com).








Anexo H – Ficha de Inscrição 1/2



S.  R.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
COMANDO TERRITORIAL DE FARO
DESTACAMENTO TERRITORIAL DE PORTIMÃO
SECÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

CMDT DTER.

.....

.....



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO
RESIDÊNCIA - PROPRIETÁRIO

N.º BASE DE DADOS			
N.º DE IDOSO			
RESIDÊNCIA N.º			

DATA	HORA	LATITUDE	N	LONGITUDE	W
------	------	----------	---	-----------	---

MORADA

LOCALIDADE	FREGUESIA
------------	-----------

IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPRIETÁRIO(S)			
♂		NAC.	
♀		NAC.	

DATA DE NASCIMENTO	N.º DO DOCUMENTO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
♂		

DATA DE NASCIMENTO	N.º DO DOCUMENTO	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
♀		

CONTACTO(S)

E-MAIL

Quantas pessoas habitam na residência?

Residência permanente? SIM NÃO Período de ausência? DIAS SEMANAS MESES

Quando vai para o estrangeiro, informa as Forças de Segurança ou alguém? SIM NÃO

Possui sistema de alarme? SIM NÃO Companhia?

Tem câmaras de vigilância no exterior? SIM NÃO e no interior? SIM NÃO

Tem cães? SIM NÃO quando? Tem alguma rotina diária? SIM NÃO

Quando sente barulho, sai ao exterior para ver quem é? SIM NÃO Tem o número GNR da área de residência? SIM NÃO

Já foi alvo de furto/roubo? SIM NÃO DATA: - - DATA: - -

Anexo H – Ficha de Inscrição 2/2

Possui viatura? <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	MARCA:		MATRICULA:	
	MODELO:		COR:	
	MARCA:		MATRICULA:	
	MODELO:		COR:	
	MARCA:		MATRICULA:	
	MODELO:		COR:	

SRº LIMPEZA? <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	NOME	
	CONTACTO	

JARDINERO? <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	NOME	
	CONTACTO	

SRº PISCINA? <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	NOME	
	CONTACTO	

SRº MANUTENÇÃO? <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	NOME	
	CONTACTO	